



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 076

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE JULHO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 076

75ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Comunicados 06

Requerimentos 06

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 12

Dep. Ney Leprevost 14

Dep. Luiz Claudio Romanelli 17

Dep. Pastor Edson Praczyk 18

Dep. Douglas Fabrício 23

Dep. Elio Rusch 25

Grande Expediente:

Dep. Caíto Quintana 27

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 12

Dep. Ney Leprevost 15

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 18

Dep. Dobrandino da Silva 29

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 23

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 25

Liderança do Governo

Dep. Rafael Greca 30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 31

Discussão/Votação

1ª Discussão 32

2ª Discussão 33

3ª Discussão 34

Redação Final 34

Requerimentos 34

Encerramento da Sessão 34

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 34

Diretoria Geral

Portarias 35

Atas de Comissões

Especial de Reforma da

Constituição

PEC Nº 025/10 37

PEC Nº 026/10 37

DIÁRIO Nº 076**75ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE JULHO DE 2010**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Luiz Claudio Romaneli, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Tadeu Veneri.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Nelson Garcia, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (39).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Elton Welter, Ademir Bier, Durval Amaral, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Plauto Miró e Teruo Kato (14).

Ausentes com justificativa o Sr. Deputado Nelson Justus (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagem**

MENSAGEM Nº 053/10

Curitiba, em 09/06/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei fixando efetivo da Polícia Militar do Paraná, alterando a composição do FUMPM, FASPM e alterando, também, a Lei de Promoção de Oficiais da PMPR, conforme especifica.

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Estado do Paraná, órgão de Segurança Pública de maior visibilidade e atuação em nosso Estado, cumprindo a sua missão constitucional de polícia ostensiva, preservação da ordem pública, prevenção e combate ao incêndios, busca e salvamento, socorrimento público e ações de defesa civil encontra-se atualmente com sua estrutura organizacional e efetivo aquém do ideal para bem cumprir seu mister constitucional.

Para bem desempenhar suas funções necessita atualizar sua organização, adequando-a aos modernos conceitos de Administração Pública e de Segurança Pública. Tal atualização é o foco de anteprojeto de lei abaixo especificado, o qual se vincula às propostas de reestruturação acima apresentadas para ser implementado.

O anteprojeto de lei abaixo visa acrescer o efetivo da PMPR em 4.867 militares estaduais, os quais serão incluídos conforme disponibilidade orçamentária e financeira, por meio de decretos do Chefe do Poder Executivo.

Em face da atualização organizacional supramencionada, faz-se necessário adequar as legislações concernentes ao Fundo de Modernização da Polícia Militar (FUMPM) e ao Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares (FASPM), para nelas fazer constar a função de Subcomandante Geral quanto a composição de seus conselhos.

Ao ensejo, propõe-se alteração da Lei de Promoção de Oficiais (LPO) em dois aspectos: 01) reestruturar a composição da Comissão de Promoção de Oficiais, contemplando a função de Subcomandante Geral, do Corregedor Geral e dos Comandantes Regionais de Polícia Militar; II) promover alteração específica quanto ao limite de tempo de serviço para a indicação dos oficiais à promoção ao posto de Coronel.

Especificamente quanto a LPO, as alterações propostas atendem ao crescimento da Corporação, especialmente quando a nova composição do quadro de Coronéis combatentes, que passarão a integrar a Comissão de Pro-

moções, ajustando, ao mesmo tempo, o limitador criado pela Lei nº 14806, de 20/07/05, que restringiu de modo abrupto a progressão de carreira dos Tenentes-coronéis mais antigos que se viram ceifados nas suas perspectivas de promoção, questão que se soluciona por meio da revogação dos parágrafos do artigo 43 da LPO.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI - Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná fica fixado em 26.747 (vinte e seis mil, setecentos e quarenta e sete) militares estaduais.

Art. 2º O efetivo constante do artigo anterior será distribuído, pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, na forma dos Anexos 1 e 2 desta lei, denominados respectivamente de Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo das Praças por Qualificação Policial Militar Geral.

Parágrafo Único. O efetivo de Praças Especiais será variável, sendo o de Aspirante a Oficial até o limite de 270 (duzentos e setenta) o de Cadete até o limite de 400 (quatrocentos).

Art. 3º O efetivo de 4.867 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete) militares estaduais distribuídos pelos postos e graduações, em todos os quadros, qualificações e especialidades, nos termos dos anexos 3 e 4, será ativado de forma gradativa, a qualquer tempo, por intermédio de decretos do Chefe do Poder Executivo, consoante permitir a arrecadação do Estado, a disponibilidade financeira e a Lei de Responsabilidade Fiscal, mediante avaliação e critérios do Poder Executivo.

Art. 4º Os parágrafos 1º e 4º do artigo 160, da Lei nº 1943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), com a redação dada pela Lei nº 14806, de 20/07/05, passam a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 160.

§ 1º O direito ou obrigatoriedade de transferência para reserva remunerada, previsto no *caput* deste artigo também poderá ser suspenso por ato do Chefe do Poder Executivo, por necessidade técnica do serviço, nos casos dos oficiais ocupantes dos cargos de Comandante Geral e Subcomandante Geral da Polícia Militar e do Chefe da Casa Militar do Governo do Estado.

...

§ 4º Em decorrência do disposto no parágrafo 2º deste artigo, Coronéis da PMPR poderão ser classificados, respeitados os quadros e especialidades, nas seguintes funções:

I - Presidente de comissões especiais designadas pelos Comandante Geral;

II - Assessor Policial Militar junto a órgãos do Executivo ou outros poderes;

III - Supervisor de Saúde;

IV - Chefe da Seção Técnica da Diretoria de Saúde;

V - Chefe da Policlínica Odontológica do Centro Odontológico da Polícia Militar;

VI - Coordenador de Projeto de interesse de Governo do Estado do Paraná, no âmbito da Corporação;

VII - Chefe do Estado Maior dos Comandos Regionais da Polícia Militar.

Art. 5º O artigo 18, da Lei nº 10236, de 28/12/92, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. O Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM - será administrado por um conselho Diretor composto pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, como presidente nato, tendo o Comandante Geral da Polícia Militar, na qualidade de Vice-Presidente nato e como membros: o Subcomandante Geral, o Chefe do Estado Maior, o Diretor de Apoio Logístico, o Diretor de Finanças, o Chefe da 4ª Seção do Estado Maior, o Chefe da 6ª Seção do Estado Maior, o Consultor Jurídico da PMPR, um Procurador do Estado, um representante da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e um representante da Secretaria da Fazenda”.

Art. 6º O artigo 7º, da Lei nº 14605, de 05/01/05, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º o Conselho Diretor, presidido pelo Comandante Geral, será composto pelo:

a) Subcomandante Geral da PMPR, na qualidade de Vice-Presidente nato;

b) Diretor da Saúde;

c) Diretor de Apoio Logístico;

d) Diretor de Finanças;

e) 04 (quatro) Oficiais Superiores do último posto, ativos ou inativos, indicados pelas associações compostas por militares de todos os círculos hierárquicos, ativos ou inativos.”

Art. 7º O artigo 5º, da Lei nº 5944, de 21/05/69 Lei de Promoções de Oficiais da PMPR, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A Comissão de Promoção de Oficiais é constituída pelo Comandante Geral, como Presidente, e pelo Subcomandante Geral, Chefe do Estado Maior, Corregedor Geral e Diretor de Pessoal, como membros natos.

§ 1º Mediante indicação do Comandante Geral, serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, para compor a Comissão de Promoção de Oficiais, como membros, de 2 (dois) a 6 (seis) Coronéis, preferencialmente escolhidos dentre os Comandantes de Comandos Regionais, de Polícia Militar, e 3 (três) suplentes, também do mesmo posto, sendo um do Quadro de Oficiais

Policiais-Militares, um do Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares e um dos Quadro de Oficiais de Saúde da Corporação, que estejam no exercício de suas funções.

§ 2º O suplente será automaticamente convocado:

a) para substituir o membro relativamente menos antigo, quando estiver em pauta promoção de oficial de seu quadro;

b) para substituir qualquer membro, no seu impedimento ou falta.”

Art. 8º Compete ao Chefe do Poder Executivo, mediante decreto, atendendo proposta do Comandante

Geral, estrutura os órgãos da Polícia Militar, de acordo com a organização básica da PMPR, respeitado o disposto no artigo 3º desta lei.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o artigo 1º da Lei nº 16138, de 01/07/09, e os parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 43 da Lei nº 5944, de 21/05/69.

À Diretoria Legislativa.

Anexos a que se refere o artigo 2º

Resumo dos Quadros de Oficiais - Anexo 1								
Quadros		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		16	55	132	333	338	338	1.212
QOBM		2	16	47	91	100	90	346
QOS	PM Méd.	1	5	6	6	25	-	43
	PM Dent.	1	2	7	8	23	-	41
	PM Bioq.	-	2	1	1	3	-	7
	PM Vet.	-	-	-	3	2	-	5
QOA/QEOPM		1	2	4	15	33	108	163
QCPM		-	-	-	-	1	-	1
QO Músicos		-	-	-	1	1	2	4
TOTAL		21	82	197	458	526	538	1.822

Resumo das Praças por Qualificação Policial-Militar Geral - Anexo 2						
Grad. QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB/SD	SOMA
1 - Praças PM	228	378	810	1.818	17.387	20.621
2 - Praças BM	113	181	162	572	3.276	4.304
TOTAL	341	559	972	2.390	20.663	24.925

Anexos a que se refere o artigo 3º

Resumo dos Quadros de Oficiais - Anexo 3								
Quadros		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		4	15	62	124	93	60	358
QOBM		-	6	22	39	42	29	138
QOS	PM Méd.	-	-	-	-	9	-	9
	PM Dent.	-	-	-	-	9	-	9
	PM Bioq.	-	-	-	-	-	-	-
	PM Vet.	-	-	-	-	-	-	-
QOA/QEOPM		-	-	-	2	8	31	41

QCPM	-	-	-	-	-	-	-
QO Músicos	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	4	21	84	165	161	120	555

Resumo das Praças por Qualificação Policial-Militar Geral - Anexo 4							
Grad. QPMG	ST	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CB/SD	SOMA	
1 - Praças PM	40	75	100	261	2.735	3.211	
2 - Praças BM	57	92	45	137	770	1.101	
TOTAL	97	167	145	398	3.505	4.312	

Comunicado

COMUNICADO

Informo aos Srs. Deputados que as Propostas de Emenda da Constituição nºs 025/10 e 026/10, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que objetiva alterar o artigo 47 da Constituição Estadual do Paraná, já foram publicadas no Diário da Assembleia e estão sendo distribuídas em avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.

De acordo com o artigo 192 do Regimento Interno está aberto o prazo de três dias para a apresentação de emendas às propostas.

Sala das Sessões, 07/07/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2380

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, inversão total da pauta de votações da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, 07/07/10.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO

ANTONIO BELINATI

ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2338

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, justificar ausências nas Sessões Ordinárias/Extraordinárias realizadas nos dias 09, 16, 29 e 30 de junho próximo passado, por motivo de viagens à Brasília e aos Municípios do interior do Estado do Paraná onde participei de diversas audiências e reuniões.

Sala das Sessões, 07/07/10.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2348

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, autorização para utilização do Plenarinho desta Casa de Leis, no dia 14 de julho, às 10h.

esta solicitação tem por finalidade a realização de uma Audiência Pública acerca do Projeto de Lei nº 245/10 de minha autoria que autoriza o Governo do Estado do Paraná, através da Companhia Paranaense de Energia - COPEL firmar contrato de concessão de direito de nome - naming rights, com o Clube Atlético Paranaense.

Aproveito a oportunidade para também solicitar os serviços do setor de cerimonial e taquigrafia deste Poder.

Sala das Sessões, 07/07/10.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2344

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do Vereador Caíque Ferrante, em razão do falecimento de seu pai, Sr. Maurício René de Ferrante.

Rogamos a Deus para que conforte a família enlutada neste momento de dor.

Sala das Sessões, 07/07/10.

(aa) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2353

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ursulina Maria da Conceição Machado ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2354

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Adão Ferras ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2355

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Miguel Justus Nunes ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2356

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aracy da Silva Loureiro ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2357

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Constantino Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2358

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Diego Aires ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2359

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Delmiro Lopes Valin ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Alves de Melo ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2361

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eurides de Sousa Pires ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2362

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eva Vicente Azarias ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2363

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Floriza Maria da Conceição Oliveira Ramos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2364

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Francisco Hrul ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2365

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Germano Ribeiro ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2366

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Gilson Francisco Legat ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2367

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Iza de Sousa Lino ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2368

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Koga ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2369

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Julio Cordeiro ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2370

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luis Ulrich ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2371

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria dos Santos Liria ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2372

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Tereza de Almeida Couto ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rodemari Lemos do Cermo ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2374

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rubens Saens Amaral ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2375

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ruperto Torres ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2376

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Silva Rosa Martins ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2351

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário res-

peitosamente, REQUER envio de voto de congratulações à Prefeitura Municipal e à Secretaria Municipal de Educação do Município de Tamboara-PR pelo expressivo salto de qualidade observado pelo resultado obtido no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB 2009), divulgado neste mês de julho pelo Ministério da Educação e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Prefeito Reynaldo Gimenez Milan, à Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Tem esta moção o objetivo de prestar reconhecimento oficial ao salto de qualidade obtido pela educação básica no Município de Tamboara, evidenciado pelos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB 2009). O referido Município obteve nota 5,4 em 2009, contra os 4,2 recebidos pelo mesmo índice em 2007.

Estes valores demonstram um dos maiores crescimentos absolutos da qualidade do ensino público de todo o País, ultrapassando a meta projetada para que fosse alcançada apenas em 2013. Este grande desenvolvimento demonstra a colocação do Município de Tamboara acima da média nacional (nota 4,6), comprovado através de brilhante trabalho desempenhado pelos professores que atuam no Município.

Através deste voto, congratulam-se nossos educadores que exercem suas profissões dignamente em Tamboara, sendo incluídos, sem dúvida alguma, entre os melhores do Brasil. Este desempenho auxiliou o próprio Estado do Paraná, unidade federativa que alcançou os melhores resultados ao lado de São Paulo e Minas Gerais.

O IDEB foi criado pelo INEP em 2007, em uma escala de zero a 10. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB e a Prova Brasil.

A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, Municípios e unidades da federação. A lógica é a de que cada instância da média dos Países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência.

REQUERIMENTO Nº 2352

Senhor Presidente:

Os Deputados subscritores do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, a constitui-

ção da Frente Parlamentar da Saúde Contra o Crack, com a finalidade de se posicionar a favor das iniciativas que visem uma sociedade livre do crack, a conscientização de jovens e adultos contra o uso desta droga fatal e a recuperação dos dependentes.

A Frente Parlamentar da Saúde Contra o Crack será composta por Parlamentares indicados pelas lideranças partidárias, sendo presidida pelo Deputado Ney Leprevost - Presidente da Comissão de Saúde.

Dentre seus objetivos mais específicos estão: cobrar do Poder Público a conscientização de jovens e adultos dos riscos relativos ao uso do crack; envolver o Poder Público e o maior número de parceiros possíveis nessa rede que se forma na batalha contra o crack; estimular o Poder Público a criar ações para que um maior número de jovens se insiram nesta luta e se tornem propagadores de uma sociedade livre do crack; incentivar as instituições de ensino a divulgarem os riscos da utilização desta perigosa droga; incentivar a criação de instituições que visem recuperar os dependentes; tendo a duração até o final desta legislatura.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, CIDA BORGHETTI, NEY LEPREVOST, JONAS GUIMARÃES, DR. BATISTA, ELIO RUSCH, PEDRO IVO, DOBRANDINO DA SILVA, RAFAEL GRECA, MARCELO RANGEL, JOCELITO CANTO, STEPHANES JÚNIOR, ADEMAR TRAIANO E VALDIR ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a finalidade de ajudar combater a venda e o consumo do crack no Paraná, com o intuito de criar uma sociedade livre da droga.

Segundo informações da delegada do Departamento de Combate ao Narcotráfico da Polícia Civil (DENARC), Ana Paula Cunha Carvalho, de janeiro a abril deste ano já foram apreendidos 59 quilos de crack em Curitiba.

O crack é uma droga que provoca rápida e grave dependência, pois desde a primeira utilização o indivíduo que experimenta sente incontrolável desejo em utilizá-lo novamente e chega a cometer crimes a fim de adquirir recursos para a compra do entorpecente, o que provoca também um problema de segurança.

É imprescindível a tomada de medidas para combater a venda e o consumo do crack no Estado do Paraná que vem crescendo de modo preocupante.

Objetiva-se estimular as autoridades a somar esforços com a sociedade civil para a prevenção do uso desta substância, contenção do tráfico e recuperação dos dependentes que se espalham no centro de Curitiba aos canaviais do Norte Pioneiro.

A recuperação dos dependentes que ocupam as ruas das Cidades é uma luta que tem de ser encampada por toda a sociedade, recuperar estas pessoas é questão de humanismo e investimento na própria segurança dos cidadãos paranaenses.

Diante do risco que esta droga representa, mostra-se necessária a realização de medidas conjuntas da sociedade paranaense na luta contra o crack.

REQUERIMENTO Nº 2345

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao casal Lindamir e Pedro Souza Jacob.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao casal Lindamir e Pedro Jacob, que são exemplo a seguir ao comemorar neste ano as suas bodas de Diamante, completando 60 anos de casamento. Uma união que gerou uma família unida e forte, fruto do amor, da tolerância, do perdão e da esperança. Um casal engajado na vida da Cidade de Curitiba, participativo, que traz consigo as fortes tradições de uma família paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2346

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a escola de Educação especial Tia Maria pelos 25 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Escola de Educação especial Tia Maria pelos 25 anos de fundação, sempre dedicados aos deficientes mentais moderados, e ao seu grupo funcional que realizam um excelente trabalho, abrindo horizontes e desbravando novos caminhos para os deficientes e a comunidade com projetos de interesse social e educacional. Nestes 25 anos a escola formou a base de muitos alunos, seu caráter e sua educação foram forjados pelos muitos educadores que por ela passaram, deixando um legado de orientação e postura vivencial. Desenvolvendo atividades que visam à alfabetização e a integração sócio-transformadora, utilizando-se da educação física, das artes, da musicoterapia e de técnicas de artesanato, a instituição realiza um trabalho exemplar, que é referência de dedicação e de comprometimento social.

REQUERIMENTO Nº 2340

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais desta Casa de votos de regozijo, com menção honrosa, a direção e aos funcionários da Escola Estadual Prefeito Djalma Johnson do Município de Colombo, pela média atingida no IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - no ano de 2009, através de seu diretor Sr. Antonio Sergio Carneiro Ferraz.

Requer ainda que do presente se dê ciência do mesmo através de correspondência.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2341

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente para o Sr. Carlos Augusto Moreira Junior - Secretário de Estado da Saúde, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Porto Amazonas, que solicita com a máxima urgência providências em relação à interdição (Auto de Interdição nº 060/10) ao Hospital e Maternidade Municipal Menino Jesus, do Município de Porto Amazonas.

Tal solicitação, prendesse ao fato de que o referido hospital atende quase 5 mil cidadãos que necessitam de atendimento médico de média e alta complexidade, utilizam-se de atendimento de emergência, internação e consultas médicas, sendo o único existente no Município.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Miguel Tadeu Sokulski - Prefeito Municipal, Vereador Arnaldo Alves - Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Luiz Carlos Chimiloski, através de correspondência a ser encaminhada.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2349

Senhor Presidente:

O Deputado Rafael Greca, abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, a inserção nos Anais da Sessão de hoje, moção de aplausos ao Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Curitiba (SINCOTIBA), o Sr. Narciso Doro, pela idealização do projeto para desburocratizar o processo para a abertura de empresas, uma iniciativa da entidades de classe e órgãos federais, estaduais e municipais pretende informatizar totalmente o processo, diminuindo o tempo para formalização de empresas por apenas oito horas.

Requer, outrossim, seja dada ciência da presente moção de aplausos ao contabilista laureado.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o Presidente do SINCOTIBA, Narciso Doro, que é um dos idealizadores do projeto, o novo sistema pode retirar as empresas menores, cujo processo de abertura é bem menos complexo, da mesma fila que se encontram companhias que dependem de documentos mais elaborados, com laudos liberatórios para serem abertas.

Assim sendo, o processo para abertura de empresas, que hoje, mesmo nos casos mais simples, leva até 20 (vinte) dias diminuiria para apenas 8 (oito) horas, inicialmente o projeto contemplaria apenas as micro e pequenas

empresas, e contaria com a colaboração da Prefeitura Municipal de Curitiba, da Junta Comercial e da Receita Federal.

Contudo, a iniciativa é de grande relevância, uma vez que visa agilizar o processo para abertura de empresas da desburocratização e informatização dos trâmites atuais.

REQUERIMENTO Nº 2342

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para o Desembargador Jair Ramos Braga - Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, para informar os seguintes questionamentos:

1) Em relação ao Fundo Estadual Antidrogas, instituído pela Lei nº 14264 de 22/12/03, qual o valor disponível atualmente do referido fundo?

2) Qual o valor captado de recursos financeiros oriundos do Governo do Estado, do Governo Federal e convênios, acordos, auxílios e doações? Enviar relatório especificando ano/ano desde sua instituição.

3) Como estão sendo utilizados os recursos do fundo? Enviar relatório de aplicação dos recursos.

4) Quem compõe o Conselho Diretor? Especificar nomes, funções e remuneração.

5) Foram repassados recursos financeiros do Fundo Estadual Antidrogas para algum órgão, Secretaria Estadual, Município, associação beneficente ou conveniado? Especificar beneficiado, valores e plano de aplicação.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 313/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado no âmbito do Estado do Paraná o Programa de Atenção as Pessoas com Doenças Metabólicas Hereditárias.

Art. 2º Ficam instituídos com um conjunto de ações do Poder Público voltados para atender a lei.

§ 1º a realização de eventos públicos de conscientização sobre as doenças metabólicas hereditárias e sua importância para a saúde da população.

§ 2º a instituição do Programa Estadual de Atualização e Reciclagem sobre Doenças Metabólicas Hereditárias, voltado para profissionais da área de Saúde, visando o seu aperfeiçoamento e a sua atualização técnica e científica.

Art. 3º O Poder Executivo garantirá a permanente disponibilidade de estoque, a distribuição, utilização e armazenagem dos medicamentos para o tratamento das doenças metabólicas hereditárias, bem como a pesquisa de novas terapias e medicamentos.

Parágrafo Único. Considera-se como estoque adequado para efeitos deste artigo aquele que permite o fornecimento regular de medicamentos ao paciente em tratamento, de modo a assegurar que este não sofra interrupções danosas à sua eficácia.

Art. 4º Diagnosticada a doença metabólica hereditária, o paciente será cadastrado em um sistema próprio, específico e público da Secretaria da Saúde do Estado.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Os erros inatos do metabolismo resultam em doenças genéticas hereditárias, geralmente raras.

Para algumas já há tratamento e a resposta varia de acordo com a doença, da habilidade do clínico e da família para cuidar do paciente e das condições que o Estado disponibiliza para o tratamento.

Atualmente são conhecidas cerca de 500 doenças metabólicas hereditárias. Essas doenças são consideradas raras, porém, quando consideradas em conjunto sua incidência é de 1 para cada 5 mil nascidos vivos.

Muitas dessas doenças tem tratamento. A falta de conhecimento dessas doenças por parte da população e, principalmente, pelos profissionais da área da Saúde, são fatores que dificultam o diagnóstico precoce e o início do tratamento adequado, as pessoas portadoras dessas doenças.

Sendo o Poder Público, responsável em fornecer o que for necessário a manutenção da vida e da saúde do indivíduo, esperamos a aprovação unânime desta proposição pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, com um instrumento de garantia do direito a vida dos cidadãos paranaenses portadores de doenças metabólicas hereditárias.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Passa-se ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati. Sem antes deixar de

registrar a presença, na tribuna de honra desta Casa, dos Oficiais e Praças que integram a nossa gloriosa Corporação da Polícia Militar, especialmente os bombeiros militares, que estão aqui hoje para acompanhar justamente a votação de um projeto de lei de autoria do Poder Executivo, que institui normas gerais para execução de atividades concernentes à prevenção e combate ao incêndio. É indiscutivelmente uma lei extremamente importante para atuação desses profissionais da área de Segurança Pública. Então, muito obrigado pela presença de todos!

Com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente para poder, naturalmente, fazer seus comunicados importantes à Assembleia e ao povo paranaense.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Deputado Romanelli, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que nos acompanham pela televisão.

Hoje estamos recebendo vários amigos de Londrina, estão conosco aqui na tribuna. É uma alegria poder recebê-los aqui.

Recebemos e-mail do Sr. Arthur Correia Filho: *Minha esposa, ex-funcionária da Ação Social de Londrina, embarcou ontem, de férias, foi à procura de um trabalho em Londrina. Estamos loucos para voltar para o nosso País, o Brasil. A Itália é muito boa, mas a saudade nos mata.*

Então, o Arthur está morando na Itália e agora a esposa está voltando para Londrina na expectativa de conseguir um trabalho. Boa-sorte.

Temos o e-mail, de Londrina também, do jovem Diego: *Deputado Belinati, tudo bem? Como estão todos por aí? E este ano o senhor vai se candidatar para Deputado de novo? Porque sempre o senhor terá os nossos votos. E se precisar de ajuda, pode contar comigo e com a minha família.* Esse é o meu querido Diego. Muito obrigado, Diego, de coração. Não somos, aqui, ninguém sem o povo. Político que chega aqui e coloca salto alto, lencinho de seda, camisinha de seda, tem carreira curta nesta Casa. Já vi muito bacana chegar aqui como Deputado, entrou por uma porta, e na primeira eleição que tem leva um pé no bumbum, do povo, e tem a pior demissão, que é ser derrotado pelo povo.

Então, se estou aqui há 40 anos sendo eleito Deputado pelo nosso povo, desde a primeira vitória em 1970 para Deputado, e antes, em 1968 para Vereador, tudo isso eu devo ao nosso povo. É por isso que leio e-mails, atendo o povo com carinho, com alegria. É uma obrigação, mas é prazerosa. Não é porque é só obrigação, não, faço isso com amor no coração, porque devo toda a minha carreira política à maior estrela de uma eleição. Quem é a estrela? Não são os marqueteiros, não é o candidato, a estrela é o povo, que é quem decide quem deve ganhar, quem não deve ganhar.

Temos e-mail do Celso de Almeida: *Deputado Antonio Casemiro Belinati, tudo bem com o senhor? Admiro o seu trabalho. Sei que é um homem que luta por nossa querida Londrina e que num futuro bem breve, voltará a ser o nosso Prefeito. Sou professor de espanhol, por meio de concurso público no Estado do Paraná, assumi no dia 2 de fevereiro do ano passado, um padrão de 20 horas na Escola Professor Lauro Gomes da Veiga Pessoa. Assim como os demais professores deste País, enfrento desafios de todo tipo de violência dentro e fora da sala de aula. Aliás, professor Celso, ontem, em Ponta Grossa, aconteceu uma desgraça. Uma professora foi para a escola, lecionou e saiu depois de uma noite puxada de trabalho. Porque dentro de uma sala de aula tem o aluno comportado, o capetinha, o desocupado que vai apenas para encher o saco do professor ou da professora. A professora às vezes tem que aguentar desaforo e não pode reagir, porque o provocador está sempre com a razão. Essa professora, voltando para casa, foi covardemente assassinada. Foi mais uma vítima da violência em nosso Estado. Quando esse professor de espanhol, que me mandou um e-mail, dizendo dos seus problemas que enfrenta com professores, ele tem razão: Um aluno de 15 anos da 6ª série, 1º grau, me agrediu verbalmente. Mas quando ele veio me agredir fisicamente revidei, dando um soco na cara do aluno. Veja o estado que chegou a Educação. Os professores apanham dos alunos dentro da sala de aula. Não temos ninguém que nos dê um mínimo de apoio. Ele mesmo reconhece que a sua ação foi mal pensada e errada, que lhe custou um processo administrativo disciplinar. Ele reconhece que o aluno ofendeu e depois agrediu o professor, que reagiu e deu-lhe um soco. Agora, o aluno está numa boa. Os dois erraram, mas a provocação partiu do próprio aluno.*

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Sr. Presidente, o jornal O Estado do Paraná, traz matéria: *candidatos têm a conta gorda. Eles estão com muito dinheiro. Mas o povo não está.*

A Gazeta do Povo traz uma notícia boa: *Após a ressaca, Paraná lidera a produção industrial. Erros médicos viram casos de Polícia em Curitiba.* O pior é que de vez em quando o erro médico custa a vida do paciente, e quando não mata faz um estrago. Um dia, eu estava vendo na Globo, um coitado de um cidadão, negro e pobre, que entrou no hospital para amputar uma perna porque ele estava necrosada. O médico não olhou a ficha direito e cortou a perna boa. Outro erro médico: chegou a enfermeira no quarto, pegaram um caboclinho simples e colocaram na maca, que não falou nada e foi levado para o centro cirúrgico, no Vale do Ivaí, Paraná, Deram-lhe anestesia e ele foi operado. Quando foram ver, pegaram o caboclo errado, era o acompanhante. O que estava doente mesmo ficou no quarto. De vez em quando tem tipos de erros médicos que causam problemas.

Folha de Londrina: *Safra beneficia consumidor do etanol.*

O médico Lair Ribeiro dá dicas de como envelhecer sem doenças. Um dia eu conservei com ele, em Ribeiro, e pensei que ele me daria um muro. Eu lhe disse: Dr. Lair Ribeiro, o senhor é o único que conheço que consegue tomar o dinheiro dos ricos. E se o senhor falar para os ricos que eles tem que andar pelados de ponta cabeça na principal avenida da Cidade, eles vão ficar pelados e de ponta cabeça. Nunca vi ninguém fazer um trabalho com ricos tão bem feito como o professor Lair Ribeiro. Quando acabei de falar pensei: esse doutor vai me dar um murro na cara. Ele falou: “Belinati, tenho um programa em São Paulo, na Rede TV não quer ir lá comigo, fazer um programa? Acabei ganhando uma entrevista em São Paulo com o professor Lair Ribeiro. Ainda bem que apareceu alguém para fazer a cabeça dos ricos.

Então, o médico aqui está dando dicas de como envelhecer sem doença. Deputado Dobrandino, eu e o senhor vamos ter que ir atrás desse médico. Como envelhecer não dá mais, como continuar velho sem doenças.

O jornal O Correio: *Serra dá a largada da campanha em Curitiba.* E uma matéria interessante: “*O preço do telefone celular pré-pago no Brasil é um dos mais caros do mundo*” É o mais caro da América Latina, e a grande maioria que usa é a população de baixa renda. Aí a Vivo, a Claro, a TIM, as autoridades estão aí para ajudar os donos de bancos, das telefônicas, eles exploram, sugam o sangue do nosso povo e nenhuma providência é tomada. O que tem de gente com telefone cortado porque não pode pagar! E hoje está se comprovando. Na minha ótica, o pré-pago que via de regra, não necessariamente, é usado pela população de baixa renda deveria ter uma tarifa bem mais barata. Mas, infelizmente, o que tem toma de quem não tem. O sujeito está lá sem dinheiro para comprar um botijão de gás, sem dinheiro para pagar a conta de luz, mas precisa do telefone, virou uma ferramenta de trabalho, mas se vê uma absurda exploração, uma tarifa muito além daquilo que o povo pode pagar.

Vamos na Folha de São Paulo, estão debatendo no Brasil uma coisa que acho interessante, mas tem vários segmentos reagindo contrário. É para obrigar essas empacotadoras de alimentos ou que enlatam, para colocar quais são os riscos que aquele produto pode oferecer a saúde da população. Porque tem determinadas substâncias nos alimentos que podem fazer mal para diabéticos, para quem sofre dos rins, ou cardíaco. Da mesma maneira que o cigarro tem o alerta do mal que pode causar, que a pessoa ao adquirir determinado alimento no supermercado, possa olhar se aquilo vai contribuir para agravar o seu problema de saúde. Seria uma coisa excelente. Mas, infelizmente, está havendo uma reação contrária com medo de que caia a venda daqueles produtos. E entre cair a venda ou fazer o povo ter complicações de saúde, os grandes grupos não estão nem aí se vai maltratar o cidadão. Eles querem primeiro vender.

Para terminar, Presidente, a Casa recebe um grupo dos bombeiros, nem todos poderiam estar aqui, imaginem se viessem todos aqui de repente toca a sirene ali, um incêndio, alguém morrendo afogado, uma catástrofe, um desabamento, uma tragédia e cadê os bombeiros? Ah, não, eles estão todos atrás dos Deputados para aprovarem o projeto deles.

Então, entendemos que é uma delegação representando os bombeiros, que por sinal eles compõem a instituição mais querida pelo povo. Nós, como Deputados, até não poderíamos estar falando isto - mas e as demais categorias? Os carteiros constituem uma categoria simpática, várias outras, mas a pesquisa tem mostrado que no Brasil a categoria mais querida pelo povo é o Corpo de Bombeiros.

Lembramos daquela tragédia em Nova Iorque, aquelas torres, os aviões se chocando contra as torres, aquele pelotão de bombeiros entrando no prédio para salvar as pessoas que estavam dentro do prédio, de repente o prédio desmoronou, matou centenas de bombeiros em uma pancada só. Já vimos caminhão de bombeiro sair para atender uma emergência, o caminhão bater e o bombeiro morrer, ou num acidente o caminho de onde tem um sinistro ou as vezes morrer quando está tentando apagar um incêndio, o prédio desmorona ou morre asfixiado pela fumaça ou para tentar salvar alguém que está morrendo afogado, o trabalho que cada bombeiro presta é muito importante.

E, Sr. Presidente, vamos votar hoje um projeto que é de grande interesse dos bombeiros, o conteúdo do projeto é de interesse de toda a sociedade, vai permitir que se crie um conselho para trabalhar junto com o Corpo de Bombeiros para estabelecer as normas de segurança para todo o Paraná, vai dar poder da Polícia para os Bombeiros, conversava há pouco com os oficiais, achei fantástico, porque hoje o bombeiro só tem o poder de ir e anotar que está certo ou errado, mas para logo ali o poder do bombeiro.

Estava vendo aqui, o caso de um show, a partir da aprovação deste projeto, tem um show, não está dentro das normas de segurança, o próprio Corpo de Bombeiros, o próprio Soldado, o oficial, quem estiver ali já baixa a caneta ali, assina, diz aqui está interditado, não vai ter show e ponto final. Terá mais poder para fiscalizar os shoppings, fiscalizar os locais de grandes concentrações públicas.

Precisamos dar esta força para o Corpo de Bombeiros, porque já tivemos algumas tragédias aqui no Paraná também. Não é só no Brasil ou em outros cantos, não.

Então, parabéns ao Corpo de Bombeiros do Paraná, uma instituição abnegada, que presta um trabalho com amor, o salário que ganham não é lá estas coisas, ninguém fica rico pertencendo ao Corpo de Bombeiros, mas há uma competência, um amor, uma vontade, uma garra de servir o nosso povo e quantas vidas já foram salvas por esta gente maravilhosa que compõe o Corpo de Bombeiros do Paraná.

Que Deus abençoe a todos! É um projeto que já deveria ter sido aprovado há muito tempo, mas que hoje, com convicção, podemos assegurar que esta matéria haverá de ser aprovada por unanimidade, numa homenagem desta Casa de Leis, numa gratidão desta Casa de Leis ao trabalho de amor e competência à vida prestada por cada membro que compõe o nosso querido Corpo de Bombeiros.

Parabéns, senhores bombeiros, senhoras bombeiras também, inclusive mulheres bonitas e maravilhosas. Depois que entraram muitas mulheres bonitas também no Corpo de Bombeiros, muito mais homens passaram a ter interesse de pertencer ao Corpo de Bombeiros. Mas é aquela história, se tem muita mulher bonita no Corpo de Bombeiros, tem também homem muito bonito, mas não é beleza que estamos falando.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente Deputado Antonio Anibelli, Sr. Deputado Tadeu Veneri, Sr. Deputado Guimarães, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, Deputado Antonio Belinati, ontem estive nesta tribuna para requerer à Secretaria Estadual da Segurança Pública a ampliação do contingente policial que atua em Curitiba e Região Metropolitana. Felizmente a assessoria do Sr. Secretário agiu com rapidez, com eficácia e hoje já enviou para o nosso gabinete, logo pela manhã, uma resposta com as informações que eu estava solicitando ontem nesta tribuna parlamentar.

Eles informam que no final do ano passado o Governo aprovou, por meio de um concurso público, 1 mil e 500 novos policiais militares que integrarão os batalhões de todo Paraná. Destes 1 mil e 100 Soldados e 400 Bombeiros estarão trabalhando em unidades distribuídas pelos mais variados Municípios. Esses futuros policiais, segundo informa a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, já passaram pelo teste de seleção, pelos exames físicos e psicológicos que são fundamentais para quem quer trabalhar na área de Segurança Pública. Afinal de contas, não podemos ter uma pessoa com o pavio extremamente curto portanto uma arma de fogo por aí, a pessoa tem que ter tranquilidade, serenidade, porque é muito perigoso o porte de arma, ainda mais quando a pessoa está usando um distintivo da Polícia Militar, que é uma instituição séria, respeitada! A Polícia Militar do Estado do Paraná é uma das Polícias mais respeitadas do Brasil!

Pois bem, este curso de formação foi oferecido pelo Centro de Formação de Praças da Academia Policial Militar do Guatupê, no total 68 mil e 243 candidatos participaram do concurso, sendo 58 mil e 184 para a Polícia

Militar e 10 mil e 059 para bombeiro militar. Isso provocou uma concorrência de 57,7 candidatos por vaga para a Polícia Militar e 27,94 por vaga para o bombeiro militar. Quer dizer, não é fácil hoje a pessoa chegar a ser bombeiro.

Agora vejam que interessante: uma pesquisa realizada com 1 mil dos futuros policiais apontou que 61% deles têm escolaridade superior, 61% dos futuros policiais que passaram no teste serão 1 mil e 500 novos policiais no total, 61% têm nível de escolaridade superior, sendo que 21% já completaram a faculdade e 40% estão cursando a faculdade. Os alunos entre 18 e 30 anos de idade são do Paraná e de outros Estados também, e o curso de formação dura cinco meses, após os três primeiros atividade operacional supervisionada, evidentemente, pode ser integrada e intercalada com as disciplinas complementares com a formação profissional. Já a segunda fase, denominada estágio operacional, tem duração de seis meses, os alunos frequentarão as aulas em polos educacionais em todo Paraná, sendo que 509 policiais militares e 120 bombeiros militares serão formados na Região Metropolitana de Curitiba, e 591 policiais militares e 280 bombeiros militares serão formados no interior do Paraná.

Então, fiz questão de trazer aqui esta informação na tarde de hoje, porque ontem fui enfático, não ao criticar o Governo, até porque não é do meu temperamento fazer a crítica pela crítica, mas ao propor nesta tribuna que o Governo ampliasse o efetivo da Polícia Militar na Cidade de Curitiba e nos Municípios da Região Metropolitana. Recebi essa resposta que foi positiva. Quero agradecer aqui a Secretaria da Segurança Pública pela rapidez com que respondeu o meu questionamento. E dizer que é importante que esses cursos sejam feitos, que a Polícia seja bem preparada, bem treinada. Não adianta querer que o policial militar, que o policial civil, que o bombeiro, que o guarda municipal trabalhem sem ser bem remunerados. Por isso que eu sempre fui, desde o início, a favor da PEC do Subsídio. O policial militar tem que ganhar bem para que ele não tenha que fazer bico, para que ele não tenha que ter outros empregos secundários, para que ele possa descansar e ter lazer na sua hora de descanso para que ele possa conviver com a família, com os filhos. Ser um homem feliz e ter a plena saúde física, a plena saúde mental, a plena saúde emocional para fazer o seu trabalho.

É uma boa notícia, vamos acompanhar e cobrar esse compromisso do Governo do Estado, porque precisamos de mais Polícia nas ruas de Curitiba, principalmente nos bairros, nas vilas. Nossa Cidade tem 75 bairros, Curitiba tem mais de 140 áreas de ocupação irregular, mais de 140 áreas que antigamente chamavam de favela. Hoje são regiões que precisam ter efetivo policial. Não podemos cobrar que o policial faça mágica. O policial não tem clone, ele é um apenas, ele tem o seu parceiro, tem a sua equipe. Mas nós, sem o aumento do

efetivo, não teríamos como ter mais policiamento, policiamento mais eficaz em Curitiba e Região Metropolitana.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

E aí quero parabenizar o Deputado Strapasson, porque estava indo a Pinhais outro dia desses e vi o outdoor seu, onde o senhor propõem lá mais um Batalhão Metropolitano. Sou a favor dessa proposta, conte com a minha ideia, conte com o meu apoio, conte com o meu voto nessa Casa.

Concedo-lhe aparte.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Deputado Ney Leprevost, é muito interessante a sua explanação. E quero dizer que o Governador Orlando Pessuti demonstrou um grande conhecimento com a nossa Região Metropolitana quando decidiu, definitivamente, convocar esse aumento do efetivo e atender esse clamor de toda a Região Metropolitana. E propusemos anteriormente e foi aprovada por esta Casa a autorização para a implantação de mais um batalhão na Região Metropolitana. E por que isso? Porque temos uma região que tem 12 mil e 200 Km², que vai de Santa Catarina até a divisa com São Paulo. São 1 milhão e 400 mil habitantes atendidos apenas e tão-somente por um batalhão. Portanto, existem Municípios na região que convivem com uma situação de um policial militar para cada 4 mil habitantes. Uma situação desesperadora.

Tenho certeza que essa decisão de Governo, que segue o clamor de toda a sociedade, de todos os Parlamentares, e eu que encaminhei esse projeto, realmente melhora a condição, mas ainda a Região Metropolitana precisa de maior investimento pessoal, porque aqui na Região Metropolitana está a menor proporção de polícias por habitante. Portanto, cabe aqui, em função dos altos índices de criminalidade, investimentos, ações de inteligência para que a Polícia Militar, através do trabalho ostensivo, possa melhorar.

Está de parabéns V. Exa. e o Governador Orlando Pessuti.

O SR. NEY LEPREVOST

Muito obrigado, Deputado Edson Strapasson. O Deputado Jocelito Canto tem falado muito sobre Segurança, um lutador incansável em prol da Polícia Militar. Está com uma emenda constitucional, também, para a Polícia Civil. Tive a honra, hoje, de assinar a sua emenda, tem o nosso apoio, Deputado Jocelito Canto, nesta proposta que é necessária que é importante.

Concedo-lhe um aparte.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Ney Leprevost, primeiramente, acho que há muito tempo falamos de Segurança, todos cobramos. Mas, existe um momento mais importante

da história do Parlamentar, esse momento está chegando agora que é a LDO. É o momento em que nós Deputados podemos mexer na questão orçamentária. É o momento mais importante do legislador. Não existe momento mais importante que possamos mexer na questão financeira.

Propus uma emenda, bastante polêmica, gostaria que todos me ajudassem, estou pedindo para diminuir 1% do dinheiro do Tribunal de Justiça - até porque está sobrando dinheiro lá - diminuir 0,5% do Ministério Público, 1% da Assembleia Legislativa do Paraná e Tribunal de Contas. Com isso, teremos perto de 3% a mais para colocar na Segurança Pública. Esse sim é o maior investimento que esta Casa pode dar.

A minha emenda está lá na comissão, espero que a comissão avalie com carinho o que eu fiz, porque na verdade os Poderes estão com o dinheiro sobrando. No momento que colocarmos dinheiro da Segurança vamos começar a prevenir, e quando previne diminuem os processos no Tribunal de Justiça, diminuem no Ministério Público. Aqui na Assembleia está sobrando dinheiro.

Então, a minha proposição é direto ao ponto que interessa: retirar dinheiro que está sobrando e levar para a Segurança. Aí sim, o Governo pode contratar mais gente, pode pagar melhor o policial, pode pagar melhor o pessoal da Polícia Civil. Podem fazer com que os bombeiros que estão aqui, Deputado Ney Leprevost, que é o meu grande sonho, assumam o comando do IML do Paraná, de fato. Porque os IMLs do Paraná nunca funcionaram. O meu sonho é que um dia os bombeiros assumam definitivamente o IML e que tenham poderes para isso, para acabar com esse sofrimento que temos em todo o Estado do Paraná nos IMLs, já que os bombeiros são um dos maiores patrimônios que temos de respeito ao povo e de trabalho, seja no SIATE, seja como bombeiros.

Esse é meu desejo e peço o seu apoio. Precisamos mudar esses números. Vamos tirar dinheiro onde está sobrando, vamos enxugar os Poderes, e o único momento que os Deputados podem fazer isso é agora. Os Deputados têm que ter coragem para fazer isso, não ter medo do Tribunal de Justiça, não ter medo do Ministério Público, cortar carne, aqui na Casa, e colocar dinheiro na Segurança. Três por cento vai dar uma grande melhoria na Segurança Pública.

Este é o momento de os Deputados trabalharem.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Muito obrigado, Deputado Jocelito Canto, e o senhor falou do Corpo de Bombeiros. Eu queria salientar aqui que foi feita uma pesquisa nacional, não me recordo agora se foi a Isto É, a Época, ou a Veja que fez, uma das três eu li, hoje a instituição mais respeitada do Brasil, acima das Igrejas, acima do Poder Judiciário, bem acima dos políticos, hoje a instituição mais respeitada do Brasil é o Corpo de Bombeiros.

Não sei se os senhores que trabalham lá, no Corpo de Bombeiros, estão sabendo dessa pesquisa, se não sou-

berem procurem se informar sobre isso. Hoje a maior credibilidade do País está na profissão de bombeiro.

Por isso, parabéns para os senhores pelo trabalho que fazem, pela coragem de salvar vidas, pela coragem de expor a sua integridade física entrando em prédios que estão incendiados salvando pessoas de afogamentos. Parabéns a vocês, bombeiros. É um orgulho tê-los aqui presentes, nesta Casa, na tarde de hoje.

Tenho inscritos aqui a Deputada Rosane, o Deputado Douglas, o Deputado Rangel e o Deputado Rossoni.

Vou tentar seguir uma ordem cronológica de faixa etária e com todo respeito ao Deputado Rossoni, como ele tem mais cabelos brancos que os outros Deputados, vou permitir que faça o seu aparte na frente.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Agradeço e vou ser breve até para colaborar. Mas valeu os meus cabelos brancos nessa tarde.

Acredito que o seu pronunciamento sirva de reflexão para o próprio Governo, porque o Governo trata essa questão de Segurança com tanta irresponsabilidade.

Vou citar um fato, vi o Deputado Strapasson falando, e esses dias vi o anúncio do Governador criando batalhões da Polícia Militar em algumas microrregiões do Estado. Ora, como é que vamos criar batalhões da Polícia Militar em regiões do Estado, se não temos efetivos.

Há mais de dois anos que estamos alertando o Governo. É importante que se diga, todos os paranaenses já sabem que o efetivo de hoje, é menor que o efetivo de 20 anos atrás.

O Governo tem que parar de brincar de fazer Segurança, porque o efetivo que está aí não é milagreiro e estão exigindo do efetivo que está aí milagre, e o Governo fica brincando de criar Batalhão, fazer política e não faz o principal, contratação. Para contratar policiais militares, V. Exa. sabe que tem que passar por treinamento e já não contrata mais nesse Governo. É o próximo Governo que vai ter que resolver esse problema.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado ao nobre Presidente do Partido da Social Democracia Brasileira e é por isso, que vou guardar com muito carinho este documento que recebi aqui do Governo do Estado, em que eles informam que já estão fazendo o treinamento de 1 mil e 500 novos policiais militares.

Esses 1 mil e 500, são muito bem-vindos, mas no próximo Governo vai precisar aumentar ainda mais o efetivo da Polícia Militar. Se formos buscar isso posso trazer aqui para os Deputados, os números das organizações internacionais que fazem avaliação de policiamento nos Países, vamos verificar que no Brasil estamos muito abaixo do que seria necessário em relação a número de policiais por habitante principalmente aqui no Paraná.

Vejo que a Secretaria de Segurança no Governo do Pessuti, está corrigindo esse problema. Espero que isso se

cumpra e fique feliz com a rapidez com que obtive uma resposta em relação à cobrança do aumento do efetivo da Polícia Militar que fiz aqui nessa tribuna.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Pela exiguidade do tempo, declino do meu aparte e parabenizo V. Exa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado Deputada Rosane Ferreira!

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

A política do Governo passado no Estado do Paraná, com relação à Segurança Pública foi desastrosa, foi vergonhosa. Temos um dos menores efetivos da Polícia no Brasil. Infelizmente, não é só questão de dinheiro não, é questão de vontade política. Infelizmente, não houve vontade política.

Com a mudança do Governo, com a entrada do Pessuti, já houve uma mudança da noite para o dia. O novo Secretário só pelo fato de se comprometer com V. Exa. se comprometer com os Deputados, já demonstra a sua disposição.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Só o fato de dar essa resposta aqui rápida ao meu pronunciamento de ontem, já é um ponto altamente positivo. Houve épocas que tínhamos dificuldades para termos respostas.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Ele já demonstrou essa vontade e também já fez outros investimentos nos Campos Gerais, Ainda falta muito, principalmente em relação ao IML, a PEC nº 064, gostaria de deixar registrado que ela está na fila e precisamos votar imediatamente, porque é de importância para todos os militares.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado, estou aqui com o resultado daquele pedido de informações que tive que entrar na Justiça para conseguir, com relação à Secretaria da Segurança Pública. Vou daqui a pouco usar a palavra, já que o tempo ficou escasso, então vou deixar o tempo para V. Exa. encerrar e daí tratar de Segurança Pública com base nos números que consegui na Justiça. Quero explicar o caos que está a Segurança Pública, mas falo daqui a pouco. Obrigado!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Douglas Fabrício!

Na semana que vem voltaremos a esta tribuna para apresentar uma proposta ao Governador Pessuti de criação da Secretaria Especial de Combate ao Crack, que hoje é o grande problema em todo o Brasil. O crack está realmente dizimando famílias e gerando muita violência. Queremos propor a Secretaria Especial de Combate ao

Crack no Estado do Paraná. Voltarei a falar sobre isso na semana que vem.

Obrigado, Presidente Antonio Anibelli!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e prezado Deputado Valdir Rossoni.

Quero dizer que subo a esta tribuna para poder fazer um esclarecimento e o faço em respeito ao Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Nelson Justus, e explico por quê. Como todos sabem, Presidente Anibelli, que assumiu a Presidência desta Casa em função da licença do Nelson Justus por conta da viagem do Governador Pessuti, o jornal Gazeta do Povo publica diariamente um anúncio de meia página - já foram cadernos e hoje é um anúncio de meia página - que é o fruto de uma manifestação que foi denominada: "O Paraná que Queremos". Publica o posicionamento de cada um dos Srs. e Sras. Parlamentares em relação a um pedido de afastamento da Mesa Diretora e depois publica cinco itens e dentro desses cinco itens o primeiro fala sobre o afastamento da Mesa Diretora, que como todos sabem aqui não há dispositivo legal, regimental e constitucional que permita a Assembleia votar o afastamento da Mesa Diretora. Ao mesmo tempo a Mesa Diretora diz que não renuncia então a medida judicial que foi internada pelo Ministério Público, restou na verdade superada pela decisão judicial tanto de 1º como de 2º grau. Então, essa é a primeira proposta, nº 01, que certamente a atual Mesa muito provavelmente complementará o período do mandato, que irá até o dia 31 de janeiro.

Falo isso para poder de fato sobre a proposta nº 2, que é a aprovação do projeto proposto de Lei da Transparência. Sobre isso, Presidente, hoje pela manhã conversava com o Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, o Rodrigo Rocha Loures, e falava com ele que, representando o movimento, cobrava a votação do Projeto de Lei da Transparência, que veio a esta Casa através das mãos de três Parlamentares que participaram daquela manifestação, daquele ato público na Boca Maldita, que são os Deputados Marcelo Rangel, Ney Leprevost e Tadeu Veneri. Na verdade, sabemos que eles apresentaram como uma lei que é de autoria fundamentalmente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, a OAB. O Presidente Durval Amaral, depois que recebeu a proposta, que foi atuada, foi lida aqui, foi para a Diretoria Legislativa, foi para a Comissão de Constituição e Justiça e aí o Presidente Durval Amaral, me honrou com a designação para ser o relator no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e tão logo recebi, em uma quinta-feira, a

proposta, li a proposta, que no seu eixo estruturante é muito boa, e muitas das práticas que ali são recomendadas já estão sendo aplicadas no âmbito da Administração Pública Estadual, especialmente no âmbito do Poder Executivo, e outras tantas passaram a se tornar obrigatórias a partir da sanção e da vigência das emendas feitas na Lei Complementar nº 101, que obriga a publicação, através do Portal da Transparência, das despesas que estão sendo realizadas pelos Poderes constituídos, pelos Poderes que têm funções típicas, poderes típicos de Estado no Brasil. E isso não tem acontecido só no Paraná, mas no âmbito das três esferas de Governo e de todos os Poderes.

Muito bem, na primeira Sessão da Comissão de Constituição e Justiça, embora eu tivesse recebido ainda há poucos dias, um dos dois dias úteis, fiz um parecer pedindo, na verdade, depois da leitura da proposta que foi encaminhada a esta Casa, eu entendi que é necessária a manifestação dos outros Poderes. Por quê? Porque a Ordem dos Advogados do Brasil, através desse Ofício Circular nº 185 de 2010, no ofício assinado pelo José Lucio Glomb, encaminhou também ao meu gabinete, ele faz uma série de considerações e diz que é o resultado de estudos formulados pela OAB e Associação Paranaense dos Juízes Federais, com apoio de centenas de entidades que participam de amplo movimento de caráter estadual, como é público e notório. Muito bem, mas quem são os destinatários dessa lei? É a Assembleia? É a Assembleia sim, mas também é o Tribunal de Justiça, o Poder Legislativo também é destinatário dessa normal legal, como também é destinatário o Poder Executivo. Além deles, Tribunal de Contas e o Ministério Público do Estado do Paraná, além de todas as instituições. Na verdade a lei é ampla, no eixo estruturante dá uma grande transparência ao Poder Público, algumas questões têm que ser resolvidas operacionalmente, muito provavelmente alguns dispositivos também têm que ser transformados em emendas constitucionais, ou seja, aí obviamente a Assembleia poderá votar.

E quero dizer o seguinte aos Srs. Deputados, Sras. Deputadas e às demais pessoas em geral: eu, como relator, enviei no dia 22 de junho para que os outros Poderes pudessem se manifestar, dando um parecer técnico, sugerindo, adendando, suprimindo para que depois do âmbito ainda na CCJ, Pastor Praczyk, eu possa analisar, junto com os demais integrantes daquela comissão da Casa, para que possamos apresentar uma proposta para ser votada aqui neste Plenário, ou na integralidade da proposta, ou com emendas, que melhorem o projeto proposto. Mas eu não tenho como, eu relator e eu Comissão de Constituição e Justiça, ou Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de dizer ao Presidente do Tribunal de Justiça: olha, o Tribunal de Justiça tem cinco dias para nos informar. Ou dizer lá para o Procurador Geral de Justiça: Dr. Olympio, cinco dias. Não dá para fazer isso, há um tempo, há um prazo. Estamos terminando a primeira parte desta Sessão Legislativa de 2010, na

próxima quarta-feira encerraremos esse período, por força da Constituição. Então, quero fazer um apelo para que os outros Poderes possam, ainda na primeira semana de agosto, informar a esta Casa, para que eu possa, no âmbito da CCJ, elaborar o parecer. E também a Assembleia Legislativa, porque pedi também que o Presidente Nelson Justus fosse ouvido e também o COPELEGIS.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Quero só confirmar, pois estava na CCJ e foi, de comum acordo entre os Deputados, que fosse remetido a todos esses signatários que V. Exa. aqui citou; Talvez, como disse V. Exa., teremos que aguardar a resposta no início de agosto. E se não vier a resposta, daí sim V. Exa. dará o parecer a partir de suas convicções. Tenho certeza que esse projeto será votado ainda na primeira quinzena de agosto.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Tadeu veneri. Tenho prazos. A Assembleia Legislativa tem um processo legislativo regular. Uma lei aqui, normalmente, demora três meses para ser votada, qualquer lei demora isso. Essa lei entrou na Assembleia Legislativa no dia 9 e recebi o ofício no dia 14 de junho. Estamos dentro dos prazos. E quero fazer esse apelo aqui ao Dr. Olympio, Procurador Geral da Justiça, para que leia o projeto de lei proposto pela OAB do Paraná. Leia, faça um parecer técnico e envie para a Assembleia Legislativa. Ao mesmo tempo o Presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Holffmann, e ao Governador Orlando Pessuti, além do Presidente do Tribunal de Contas e da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Porque no começo de agosto, eu como relator, vou apresentar o parecer. E entendo que o projeto é constitucional e pode ser melhorado.

Então, quero fazer esse comunicado, porque foi fruto da conversa que tive com o Presidente da FIEP hoje e também com o Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, e querer cobrar uma conta dele que ele não teve responsabilidade, porque a Assembleia Legislativa está dentro do processo legislativo regular e vamos votar a Lei de Transparência.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Só gostaria de registrar que quarta-feira que vem acontecerá uma Audiência Pública a respeito desse projeto que foi formulado pela OAB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Próximo orador inscrito, Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores.

Quero, inicialmente, saudar a brilhante presença da nossa majestosa Corporação do Corpo de Bombeiros, aqui representados por esses valorosos homens e mulheres que abrilhantam a Sessão desta tarde.

Quero também, aproveitando que já fiz o devido agradecimento à presença do Corpo de Bombeiros agradecer à Deputada Rosane Ferreira, porque a mesma ocuparia o horário do Bloco Suprapartidário e ela, compreensiva como é, abriu mão para que este Parlamentar, logo após a utilização do Pequeno Expediente, já utilizasse o horário do bloco.

Tenho em minhas mãos, Sr. Presidente Antonio Anibelli, dois requerimentos ainda nessa linha de preocupação, Deputados Rafael Greca, Valdir Rossoni, Jocelito Canto e demais Parlamentares que atentamente nos acompanham, que é unânime nesta Casa, neste Poder, a preocupação da crescente inclusão na vida criminosa das drogas. Lamentavelmente, além da maconha, da cocaína e outros entorpecentes e tóxicos, é assustador o número de jovens que têm enveredado pelos caminhos dessa famigerada droga da moda que é o crack. Comentou-se até, no dia de ontem, anteontem, na tarde de hoje, por alguns Parlamentares que nos antecederam, até a sugestão de criação de macanismos e órgãos que possam coibir essa prática e quanto antes, antes que essa epidemia já não tenha mais controle. E é nessa direção, Deputado Duílio Genari, que queremos corroborar com essa preocupação, com este trabalho, enquanto integrante do Poder Legislativo, que é mais do que criar mais um departamento, mais um órgão.

Deputado Dobrandino, V. Exa. que é um Deputado atuante e de uma das regiões onde notoriamente é porta de entrada para uma infinidade de drogas, que é a fronteira do nosso País com Países vizinhos, a Tríplice Fronteira, eis que se deve também acompanhar, Deputado Marcelo Rangel, o que se tem feito com os recursos destinados a esse tipo de objetivo. Sendo mais claro, lerei os dois requerimentos:

(Lê):

“SÚMULA:

Requer o envio de pedido de informações à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para o Desembargador Jair Ramos Braga, Secretário de

Estado da Justiça e da Cidadania, para informar os seguintes questionamentos:

1) Em relação ao Fundo Estadual Antidrogas, instituído pela Lei nº 14264, de 22/12/03, qual o valor disponível atualmente do referido fundo?

2) Qual o valor captado de recursos financeiros oriundos do Governo do Estado, do Governo Federal e convênios, acordos, auxílios e doações? Enviar relatório especificando ano-ano desde sua instituição.

3) Como estão sendo utilizados os recursos do fundo? Enviar relatório de aplicação dos recursos.

4) Quem compõe o Conselho Diretor? Especificar nomes, funções e remuneração.

5) Foram repassados recursos financeiros do Fundo Estadual Antidrogas para algum órgão, Secretaria Estadual, Município, associação beneficente ou conveniado? Especificar beneficiado, valores e plano de aplicação.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

PASTOR EDSON PRACZYK”

“SÚMULA:

Requer o envio de pedido de informações à Secretaria de Estado da Educação.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para a Sra. Yvelise Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação, para informar os seguintes questionamentos:

1) Em relação ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - PROERD, quantos alunos da rede pública e privada estão participando do programa atualmente? Enviar relatório de alunos por série (quarta e sexta) e por rede (pública e privada).

2) Quantas instituições de ensino têm participado do programa? Enviar relatório citando o nome das respectivas, especificando por série.

3) Quantas escolas da rede pública têm participado do programa: Enviar relatório citando o nome das respectivas, especificando por série.

4) Foram repassados ao PROERD recursos financeiros do Fundo Estadual Antidrogas? Especificar valores e sua aplicação.

Sala das Sessões, em 07/07/10.

PASTOR EDSON PRACZYK”

São os dois requerimentos, Sr. Presidente. Falando de requerimento, Sr. Presidente, peço a V. Exa., que é um dos Parlamentares mais severos, mais rígidos, mais enérgicos desta Casa, contudo também é um dos mais justos deste Poder, Deputado Antonio Anibelli, fiz um pedido de informações e espero que esses dois requerimentos de pedido de informações não sigam o mesmo trâmite, a mesma *via crucis*, que um pedido de informações, anterior a esse, seguiu. Fiz um pedido de informações no dia 8 de fevereiro, aprovado, pedindo providências para um questionamento à Secretaria de Estado dos Transportes, o

mesmo expirou o prazo e não nos foi dada a informação. Avoquei a Constituição do Estado no seu artigo 55. A Presidência desta Casa assumiu um compromisso com este Parlamentar que acionaria a Procuradoria da Assembleia Legislativa, inclusive avocando a responsabilidade ao citado Secretário. E resumindo a ópera, Sr. Presidente, faz cinco meses. Tudo isso. Cento e vinte dias de atraso e nem o Secretário deu satisfação, nem a Procuradoria da Casa deu satisfação.

Então, reforço, sendo V. Exa. um dos mais severos, enérgico, porém justo desta Casa, que faça isso funcionar, porque isso não é um desrespeito ao Parlamentar, é um desrespeito ao Parlamentar, é um desrespeito a esta Casa. Ainda há pouco, dois ou três Parlamentares que me antecederam, reclamavam quão difícil era obter a resposta de determinados pedidos de informações.

Passa a usar o horário do Bloco PSB/PRB/PV

E por falar em requerimento, senhores telespectadores, senhores membros da imprensa, do Corpo de Bombeiros, senhoras e senhores, há algum tempo eu reclamei e disse para investigar o caso da licitação estranha, a meu ver, da aquisição de 600 freezers. Da última vez, inclusive, que toquei nesse assunto, o Deputado Rafael Greca, no seu cálculo, pela sua ótica, entendeu que os freezers, que estão criando teias de aranhas, no Parque Castelo Branco, estavam dentro da normalidade.

Então, vejam como são interessantes os pontos de vista diferentes: eu recebi da Secretaria de Estado da Educação, a duras penas, com muita dificuldade, as informações que destoam com o que eu recebi de dois funcionários, dois seguranças, que estavam no Parque Castelo Branco, quando este Parlamentar adentrou e viu os freezers, inclusive os fotografou até nesta Sessão, aliás, desta tribuna, mostramos na televisão, segundo informações dos funcionários, eram em torno de 600 freezers. Então, não foi imaginação deste Parlamentar, dois funcionários é que alegaram que haviam 600 freezers, dos quais alguns já tinham sido retirados desse depósito.

Ora, de pronto para aqueles que não acompanharam essa jornada, este Parlamentar perguntou o porquê ainda havia tantos freezers amontoados, que não tinham seguido o seu destino. Questionei de forma irônica, concordo e o fiz de propósito e consciente. Porque quem adquiriu foi equivocadamente com um número muito superior ao necessário. Ou quem adquiriu o fez com o número necessário, mas dificuldade na destinação final dos freezers. O que me preocupava mais na ocasião, era que os mesmos já não tinham mais a garantia dada, por regra, de um ano. Tudo isso se confirma nesse requerimento.

Inclusive, a única coisa que não bate com a nossa informação da Secretaria da Educação - é que em vez de 600 freezers, eram 213 freezers. Vamos partir por essa linha de raciocínio, que são 213 ao todo. Eu, quando

visualizei os freezers, embora em média luz, na penumbra, tenho absoluta certeza de que ali havia muito mais freezers do que os citados, aqui, de 107 freezers, que ainda não havia sido destinado.

Vamos fazer a conta: 213 freezers adquiridos, 107 ficaram, então, no total de 106 freezers, que foram adquiridos no ano de 2007 e 2008. E se encontramos os freezers em 2010, portanto, já havia expirado a garantia. Hoje, se esses freezers chegarem ao seu destino e estragarem, eles já não têm mais garantia. Quem vai pagar a conta? Essa é a minha preocupação. Você contribuinte. Então, este Parlamentar, fazendo uso de suas atribuições, que não é só a de legislar, mas também de fiscalizar faz essa cobrança.

Como senão fosse o bastante, este Parlamentar continua pesquisando, com a maravilhosa ferramenta de busca da internet. Chamar a atenção da imprensa que tem um poder de investigação sem igual. O pregão eletrônico

que trata dessa licitação de aquisição dos freezers, é de nº 034/07, Protocolado, sob o nº 9.532795/8, com contrato assinado em 23 de janeiro de 2008. Confirmando, portanto, que os mesmos já não tem mais garantias dadas pelas respectivas empresas, que venderam. Fiz questão de entrar no cadastro nacional, para saber das empresas que participaram dessa licitação. Meu amigo Jocelito Canto, que é um dos homens mais aguerridos nessa linha de investigação e fiscalização ao Governo, estou aprendendo com V. Exa. com muito orgulho. Descobri que participaram dessa licitação representantes comerciais de Aparecida de Goiânia; no Estado de Goiás, São Paulo; Palmas, no Tocantins; Douradina; Curitiba, no Paraná; Belo Horizonte, em Minas Gerais. O que chamou a atenção é a descrição de atividades dessas empresas. Por exemplo, as que participaram, olhem só a atividade econômica descrita no registro das mesmas.

(Lê):

República Federativa do Brasil Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica						
Número de Inscrição 65.313.538/0001-00 Matriz		Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral		Data de Abertura 09/04/91		
Nome Empresarial PRESTOTAB Ltda.						
Título do Estabelecimento (Nome Fantasia) *****						
Código e Descrição da Atividade Econômica Principal 46.93-1-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários						
Código e Descrição dsa Atividades Econômicas Secundárias 46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico 46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho 46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico 46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos pra uso agropecuário; partes e peças 46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplanagem, mineração e construção; partes e peças 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 43.29-1-03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, exceto de fabricação própria 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos						
Código e Descrição da Natureza Jurídica 206-2 - Sociedade Empresarial Limitada						
Logradouro Rua Ilacir Pereira Lima			Número 541		Complemento	
CEP 31.140-540		Bairro/Distrito Cidade Nova		Município Belo Horizonte		UF MG
Situação Cadastral Ativa			Data da Situação Cadastral 03/05/99			
Motivo de Situação Cadastral						
Situação Especial *****			Data da Situação Especial *****			

República Federativa do Brasil Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica			
Número de Inscrição 03.134.347/0001-15 Matriz	Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral		Data de Abertura 07/05/99
Nome Empresarial Roriz Comércio e Serviços Ltda.			
Título do Estabelecimento (Nome Fantasia) *****			
Código e Descrição da Atividade Econômica Principal 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente			
Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos de vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 41.20-4-00 - Construção de edifícios 43.13-4-00 - Obras de terraplanagem 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 81.30-3-00 - Atividades paisagística			
Código e Descrição da Natureza Jurídica 206-2 - Sociedade Empresarial Limitada			
Logradouro Quadra 1.112 Sul	Número 08	Complemento Alameda 11	
CEP 77.024-182	Bairro/Distrito Plano Diretor Sul	Município Palmas	UF TO
Situação Cadastral Ativa		Data da Situação Cadastral 21-09-00	
Motivo de Situação Cadastral			
Situação Especial *****		Data da Situação Especial *****	

República Federativa do Brasil Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica		
Número de Inscrição 04.639.285/0001-66 Matriz	Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral	Data de Abertura 27/08/01
Nome Empresarial Brasil Fashion Comércio e Locações Ltda - EPP		
Título do Estabelecimento (Nome Fantasia) *****		
Código e Descrição da Atividade Econômica Principal 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças		
Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplanagem, mineração e construção; partes e peças		

Código e Descrição da Natureza Jurídica 206-2 - Sociedade Empresarial Limitada			
Logradouro Rua Cachoeira		Número 1542	Complemento 1544
CEP 03.024-000	Bairro/Distrito Pari	Município São Paulo	UF SP
Situação Cadastral Ativa		Data da Situação Cadastral 03/11/05	
Motivo de Situação Cadastral			
Situação Especial *****		Data da Situação Especial *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28/06/07. Emitido no dia 01/06/10 às 17:12:49 (data e hora de Brasília).			

República Federativa do Brasil Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica			
Número de Inscrição 01.859.484/0001-91 Matriz	Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral		Data de Abertura 26/05/97
Nome Empresarial Multimarques Comércio de Produtos Industrializados Ltda.			
Título do Estabelecimento (Nome Fantasia) Multimarques			
Código e Descrição da Atividade Econômica Principal 46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente			
Código e Descrição da Atividades Econômicas Secundárias 96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente			
Código e Descrição da Natureza Jurídica 206-2 - Sociedade Empresarial Limitada			
Logradouro Rua Viriato Correia		Número s/n	Complemento Quadra 07 - ALT.11
CEP 74.920-510	Bairro/Distrito Cidade Satelite São Luiz	Município Aparecida de Goiania	UF GO
Situação Cadastral Ativa		Data da Situação Cadastral 03/11/05	
Motivo de Situação Cadastral			
Situação Especial *****		Data da Situação Especial *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28/06/07. Emitido no dia 01/06/10 às 17:11:35 (data e hora de Brasília).			

Tudo menos algo que se enquadre a comércio de freezers, eletrodomésticos. Então está aí uma sugestão para a imprensa que com base nesse número de protocolo, de pregão eletrônico, que esmiúça mais. Mas, que me parece estranho, os que concorreram a essa licitação, a meu ver, nada tinham a ver com disputa de pregão eletrônico para a venda de

freezer, é uma coisa boa para ser investigada. Está aqui: Pregão Eletrônico nº 034/07, Protocolo nº 9532795-8. O contrato disso pela empresa ganhadora foi dia 23/01/08.

É a nossa reclamação, Sr. Presidente, e reforçar que continua fiscalizando o Governo porque entendo que é este também o papel do Parlamentar: saber para onde

está indo a contribuição do paranaense; para onde estão sendo destinados os recursos suados pagos nos impostos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

O Dr. Airton já está aqui e procurará V. Exa. Próximo orador no Pequeno Expediente, Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Presidente Anibelli, Deputado Jonas Guimarães, Deputada Cida Borghetti que estão hoje conduzindo os trabalhos da Assembleia Legislativa nesta tarde.

Srs. e Sras. Deputadas, cumprimento também o pessoal da imprensa, representantes do Corpo de Bombeiros que estão nos acompanhando nesta Sessão e também um cumprimento especial às pessoas que nos acompanham lá nas suas casas, no Paraná através da TV SINAL.

Hoje quero falar Deputado Marcelo Rangel, Deputado Valdir Rossoni e o nosso Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch. Tenho em minhas mãos um resumo daquele pedido de informações sobre Segurança Pública, que fizemos 10 meses atrás. Tivemos que entrar na Justiça para conseguir as respostas. E descobri porque o Governo não queria responder. E não é o Governo Pessuti. Não quero falar nada do Governo Pessuti até porque vi aqui o Deputado Ney leprevost falando de contratações para a Polícia Militar, para a Polícia Civil. Só que aquela contratação em cima da hora porque está na hora de começar a esvaziar as gavetas do Governo porque vai vir um novo Governo.

A Secretaria da Segurança Pública, que era o Delazari e o Governador que era o Requião, aliás, ele não é tão bom de briga como eu pensava. Eu achava que ele era valentão, em Campo Mourão vi que ele é ruim de briga. Posso afirmar para vocês. Enfrenta no discurso, na ameaça, mas no pega para capar, não foi bom para ele, não.

O Sr. **Stephanes Júnior (PMDB)**

Mas, Deputado Douglas, o que aconteceu em Campo Mourão que eu não sei?

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Segurança Pública - vocês lembram que eu tinha um projeto do Requião aqui que queria segurança, quatro seguranças para ele depois com ex-Governador - lembram disso? Eu fui o Deputado que foi contra, lembra? Pois olha, vou rever minha posição. Estou achando que ele vai precisar mesmo e acho que temos que rever a nossa posição...(vozes paralelas)...até porque fica ruim para ele em campanha, e campanha tem que ir aos Municípios, e então, acho que vamos ter que rever aquele projeto. Se ainda estiver por aí o projeto, confesso a vocês que vou rever minha posição, porque pressinto que o ex-Governador vai precisar desses quatro seguranças aí.

Mas, vamos lá sobre a Secretaria da Segurança Pública - a Polícia Militar do Paraná tem um preocupante déficit, Valdir Rossoni, Elio Rusch, Marcelo Rangel e demais Deputados, cinco mil policiais, déficit, ou seja, estão falando no mínimo no Paraná 5 mil policiais, por isso que não queriam dizer, por isso que quando o Secretário veio debater conosco aqui ele ficava se esquivando das respostas, se esquivando e não dizia. Tivemos, que conseguir na Justiça. Faltam 5 mil policiais. Então, não são só os 1 mil e 500 que o Pessuti está contratando agora. Não estou falando do Pessuti. Estou falando de 2003 a 2009, dos dois Governos do Requião. O efetivo de 2009 era de 16 mil 813, quando o previsto tinha que ser 21 mil 880.

Em 1989, há 20 anos atrás, tinha 15 mil 229 policiais no Paraná. Hoje tem 16 mil e 600 e pouco. Quer dizer, diferença mínima.

Vejam só, é que o Governo Requião sempre fez propaganda, ele dizia assim - que o fato notório do Governo dele era ter contratado mais de 6 mil policiais. Lembram dessa propaganda que ele falava? Pois é, em matéria de agência de notícias dele que tinha no Governo, em outubro de 2009 o ex-Secretário da Segurança, o Luiz Fernando Delazari lembrou que uma das prioridades do Governador Requião foi a reestruturação da Polícia, que desde 2003 foram contratados 6 mil 421 profissionais para a Segurança Pública. Isto o que ele disse. Só que os números confirmam que o discurso do Governo sempre esteve muito distante da realidade.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Então, se em 2003 foram contratados 4 mil 381 policiais militares, mesmo se somados as contratações da Polícia Civil não chegaríamos aos números apresentados pelo Secretário.

Então, eles diziam que foram contratados 6 mil, não é verdade, porque os números que eles me responderam pela Justiça diz que contrataram 4 mil 381 policiais militares e mais alguns policiais civis que chegou a 5 mil 920 - então não eram 6 mil também.

Agora, vejam só, chamo a atenção o número de policiais que deixaram a Corporação, Srs. Deputados e senhores e senhoras da imprensa, saíram nesse período 5 mil 545 policiais. Isto confirma que na prática não houve aumento de policiais nas ruas, nem sequer foram cobertas as vagas deixadas, ou seja, com as contratações não conseguiram cobrir nem as pessoas que saíram ou foram demitidas ou pediram demissão, enfim, e na Polícia Civil não é diferente, não. O número de baixas é praticamente o mesmo das contratações. Foram baixas de 1 mil 566, entre 2003 e 2009, e contratados 1 mil 539 - então saíram mais policiais do que foram contratados de 2003 a 2009 na Polícia Civil. Só aumentou em termos de número o quadro de escrivães da Polícia - em 1989 eram 560 - em

2003 chegou a 628 e agora 2 mil e 21 - então aumentou bem o número de escrivães da Polícia Civil. Papiloscopistas também houve aumento, eram 159 em 1989; 2003, 251; e em 2009, 305.

Agora, preocupante é o número de investigadores da Polícia, que é a alma da Polícia Civil. Quando acontece um crime a primeira coisa que tem que fazer é a investigação, e para investigar precisa de pessoas. Olhem só: na função de investigadores foram incorporadas as funções de detetive, agente de segurança e carcereiro, que até 1992 eram separadas. em 1989 eram 1 mil 449 profissionais; 1999, 1 mil 471; em 2000, 2 mil e 060; em 2003; 1 mil 816; e agora, 2009, apenas 643, ou seja, praticamente 1/3 do número de investigadores que o Paraná tinha em 2002. E os números caíram ainda mais, pois a Secretaria da Segurança informou que em 7 de abril o número de investigadores era de 624.

Vou pegar o número da população do Paraná, só para ter uma compreensão, é preciso compreender isso, a população aumentou, o IBGE diz que: em 1989 - 8 milhões 401 mil e 051 pessoas; 1999 - 9 milhões 471 mil 778 pessoas; 2003 - 9 milhões 906 mil 866 pessoas; 2009 - 10 milhões 543 mil 219 pessoas.

Então, vamos imaginar aqui, por percentual, se entre 1989 e 2003 a população do Paraná aumentou 25,5%, o efetivo da Polícia cresceu apenas 10%, não acompanhou o crescimento da população. O número de policiais não acompanhou na mesma proporção. Em 1989 tínhamos um policial para cada 551 habitantes, em 2009 um policial militar para 627 habitantes. Há aí uma defasagem significativa. A ONU orienta que deve existir uma relação de pelo menos um policial para cada 500 habitantes, e a média apresentada nos Países com melhores resultados na área de Segurança é de um policial para cada 250 habitantes.

Fiz este resumo para mostrar o diagnóstico ou o raio X da Secretaria da Segurança, era muito discurso, muito oba-oba, muita conversa, e na prática piorou a Segurança Pública.

Ainda há pouco vi o Deputado Jocelito falar da preocupação dele em colocar no orçamento, se pudéssemos nós colocaríamos mesmo, V. Exa. tem razão, Deputado Jocelito, só que o Governo não mandou o orçamento para cá, não mandou planilha, não colocou nada nesse sentido de reduzir de algum órgão para melhorar a Segurança Pública, e com isso a Segurança Pública vai continuar assim. Esperamos que o próximo Governador tenha sensibilidade para isso.

Isso, senhoras e senhores, é para mostrar que tínhamos razão quando colocávamos aqui a nossa preocupação, e a nossa preocupação não é só de aumento de salário para os bombeiros e para os profissionais da Segurança Pública, de todas as áreas profissionais dentro da Segurança Pública. Isso nós lutamos e até conseguimos aprovar algumas melhorias. A grande preocupação é que, aumentado a população, o Governo tinha que, no mínimo, enxergar que precisava aumentar o número de contratações para os poli-

ciais. Nós não temos nem a metade do necessário, temos uma defasagem de 5 mil pessoas na Polícia! Então, o Governo deu prioridade para outros temas e deixou a desejar no tema Segurança Pública.

Descobrimos agora com esse diagnóstico, com esse Raio X, porque eles insistiram tanto em não divulgar os números, porque eles não cumpriram com aquilo que levaram na campanha.

Lembro que o próprio Requião dizia que ele seria o próprio Xerifão da Segurança Pública, que iria resolver o problema, que estava ruim também na época do Jaime Lerner. Não vou defender o Jaime Lerner, mas o Requião prometeu que iria melhorar e não melhorou, pelo contrário, ele manteve o que estava ruim. Isso foi ruim para a população. Todos os Municípios, se você vai conversar com as pessoas, elas reclamam da falta de Segurança Pública. Fica até triste falarmos que estão assassinando pessoas por problemas de tráfico de drogas, por falta de Segurança e por outros problemas mais graves ainda, porque o número de assassinatos no Paraná, a cada final de semana, é difícil até usar uma palavra para falar isso.

Não gostaríamos de estar falando isso aqui. Só que é uma angústia de todas as famílias paranaenses ver que veio um Governo, ficou de 2003 a 2009 no discurso bom, na conversa, e ruim na prática.

Isso que queria deixar registrado aqui, que a Segurança Pública foi muito mal administrada pelo Requião. O Pessuti está fazendo um esforço para melhorar isso, só que pegou um Governo e vai ficar só seis meses, e com seis meses de Governo pouco ele pode fazer. Mesmo assim, alguma coisa ele está fazendo.

Sou da Oposição, me mantive na Oposição, mas com coerência. Aquilo que o Governo fez, que foi bom para o povo, eu sempre ajudei a votar a favor, ajudei a aprovar, mas sempre cobre o que precisava melhorar. Mas a Segurança Pública eu vou continuar cobrando, seja quem for o Governador, seja o Governador que eu estou apoiando ou não. Vou continuar cobrando melhoria na Segurança Pública.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

V. Exa. está coberto de razão, é o papel do Parlamentar. E não apenas na Segurança. Mas ainda trazendo à baila a lembrança das muitas promessas não cumpridas, me recordo da ocasião que o ex-Governador falou que a Saúde do Paraná estava doente, que o melhor que, naquele momento, a Saúde proporcionava para o paranaense, eram ambulâncias que transportavam seus enfermos, seus doentes para os hospitais da Capital. Se não me foge a memória há alguns dias atrás, dessa prática que continua, para não dizer que tem até aumentado, teve-se a fatalidade de uma ambulância trazendo seus enfermos para Curitiba, e lamentavelmente teve a porta traseira aberta e mãe e filho caíram da ambulância e vieram a falecer.

Portanto, a prática da Saúde, o melhor da Saúde até o presente momento é transportar os seus doentes pelas ambulâncias ou pelos ônibus. É outro fator que nós, como

um todo, temos que energicamente cobrar, para que então se dê a devida atenção que o povo paranaense merece.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Muito obrigado, Pastor Edson.

Quero encerrar, fazendo um agradecimento à nossa assessoria, aos advogados que nos ajudaram a conseguir na Justiça esse resultado desse pedido de informações. Porque demoramos nove meses para conseguir trazer esses números para a população. Mas está aí, o Governo Requião não cumpriu o que prometeu. A Segurança foi muito ruim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Anibelli, já vou me inscrever também no horário do Democratas, para que possa ocupar o tempo integral, ou seja, 15 minutos.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar o Deputado Douglas Fabrício pelo pronunciamento que V. Exa. acaba de fazer desta tribuna. Disse que obteve as respostas graças à ação que V. Exa. provou à Justiça. Aquilo que não conseguimos administrativamente se consegue judicialmente.

A mesma coisa, Deputado Douglas Fabrício, fizemos também outros requerimentos e diversas intervenções judiciais se fizeram necessárias para que nós da Oposição obtivéssemos as informações.

Recebi esta semana também uma informação que a Justiça tem nos liberado, que diz respeito àquela festa promovida pelo Governo do Estado quando da inauguração do Centro Agroecológico, a antiga Syngenta, localizado no Município de Santa Tereza do Oeste, próximo de Cascavel. Mas sobre isso vou falar na semana que vem. Temos todos os números, quanto se gastou. Vamos trazer para a sociedade do Paraná quem bancou essa festa do MST, da Vila Campesina, e dos sem-terra. Os documentos já estão conosco.

Queria falar hoje, Srs. Deputados, de uma forma muito especial Antonio Anibelli, V. Exa. que é ruralista também, que defende o setor produtivo e que defende os nossos agricultores, nós, aqui na Assembleia, travamos muitos debates, participamos com o Deputado Cheida, com outros Deputados, sobre o novo Código Florestal Brasileiro, não só a Assembleia do Paraná, diversas Assembleias Legislativas da nossa Federação.

Tive a oportunidade de participar de algumas reuniões, em Brasília, lá na CNA, hoje presidida pela Senadora Kátia Abreu, que diga-se de passagem Kátia Abreu é aquela Senadora que foi relatora também da extinção da CPMF do nosso País. Ela preside com muita competência essa Confederação Nacional. Ontem, a Comissão especial que estuda esse projeto no novo Código Florestal

Brasileiro, eles terminaram seu trabalho com uma votação que deu 13 a cinco votos a favor, do parecer do Deputado Aldo Rabello. Diga-se de passagem que o Deputado Aldo é de um partido da Esquerda, é do PC do B, já foi Presidente da Câmara dos Deputados. Lá na Câmara Federal diversos Parlamentares e diversas entidades são a favor da mudança do Código Florestal Brasileiro, que é de 1965, se faz necessário, sim, uma mudança nesse Código Florestal, porque o próprio Governo do Estado tem incentivado os agricultores a desmatar para plantar. Aliás, num período, no Brasil se dizia: “Plante que o João garante, plante que o Governo garante”.

Quer dizer, o Banco do Brasil, que é uma instituição financeira, que é do Governo Federal, incentivava e financiava 100% do desmatamento, da destoca da propriedade na área rural. Então, o agricultor, ninguém cometeu um crime por ele só. Ele foi incentivado para que houvesse esse desmatamento.

Sabemos que precisamos conservar o meio ambiente. As cooperativas do Paraná, quero enaltecer o Presidente da OCEPAR, o João Paulo Koslovski, que tem participado mais em quase todas as reuniões que se realizaram aqui no Paraná, inclusive em Brasília. Esteve lá, ontem, acompanhando, como a FAEP que é presidida pelo Sr. Ágide Meneguette, que foi um grande defensor também da necessidade da reforma do Código Florestal Brasileiro. Mas tinha algumas entidades, algumas ONGs, por exemplo, a Greenpeace, que tem a sua sede na Holanda, ela é radicalmente contra a mudança do Código Florestal Brasileiro. Mas o importante é que se diga, que na Holanda não existe mais mata nenhuma. Lá eles não atuam, bem atuar aqui no Brasil. Quando a maior vegetação que temos no mundo, no planeta está aqui no Brasil.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Da forma como os ambientalistas estavam levando em consideração e dizendo que os agricultores estavam cometendo crime e os pequenos agricultores, além de ter que ter na sua propriedade, onde existe uma nascente, é necessária a mata ciliar. Os agricultores sabem, precisam e concordam com a mata ciliar. Mas alguém uma vez disse: “Tem que ser 30 m no mínimo.” Por que tem que ser 30m? Qual é o objetivo da mata ciliar. O objetivo é para que não haja assoreamento no rio, não depende da inclinação, qual é a formação da terra, ela é argila, terra vermelha, tudo isso tem que ser analisado.

Acredito que tivemos grandes avanços no dia de ontem, quando foi aprovado o projeto, o substitutivo apresentado pelo Deputado Aldo Rabello. Acredito que ele fez um estudo, fizeram Audiências Públicas e tenho participado de uma das Audiências Públicas, que aconteceu aqui no Paraná, mais precisamente em Assis Chateaubriand.

Algumas mudanças aconteceram, por exemplo, o pequeno agricultor que tem até quatro modos fiscais, que tem a sua terra desmatada e não pelo fato de querer

cometer um crime, ele está isento de fazer a reserva legal. Nada mais justo e nada mais correto, o pequeno.

O grande tem que fazer a recomposição. Foi dividido por biomas. Por exemplo, na Região Amazônica, são 80% tem que preservar na Região do Serrado, 35% e nas demais regiões 20%. Diminuiu-se o prazo de 30 anos para 20 anos, para fazer a recomposição ou implantar a reserva legal. Lógico, não para o pequeno, mas sim, para quem tem condições e para quem tem terra sobrando.

Se falarmos em crime ambiental, falar em meio ambiente. Temos que lembrar as grandes Cidades. Não são os agricultores que fazem a poluição. A poluição acontece nos grandes centros, através das indústrias dos rios.

Não vamos longe, aqui no Centro Cívico, se caminhar 200 metros nós vamos no rio Belém, dá uma olhada como se encontra o rio Belém, totalmente poluído. Se pegarmos o rio Barigui totalmente poluído e desembocamos no rio Iguaçu.

Vamos penalizar os agricultores que moram nas encostas desses rios para que eles sejam responsáveis para corrigir a poluição que é causada na Cidade. Ora! O meio ambiente é da Cidade, é da população de toda a Cidade.

Avançamos muito no dia de ontem, inclusive, foi votado esse substitutivo tipo uma moratória, quer dizer, após a promulgação, a publicação do novo Código Florestal Brasileiro, durante cinco anos ninguém poderá desmatar. Isso é uma moratória.

Aliás, outra questão que foi votada para os agricultores que foram multados pelo fato de ter cometido um crime ambiental, segundo a Legislação que ainda está em vigor, que foi autuado até 2008, também estarão isentos do pagamento da sua multa, mas desde que façam o reflorestamento de acordo com o Novo Código Florestal.

É por esta razão, que gostaria de parabenizar nesta Sessão um paranaense, o Deputado Moacir Miqueletto, que foi presidente dessa Comissão. Ele pertence ao PMDB, assim como outros Deputados do nosso Estado que estiveram presentes e votaram favoráveis, como o ex-Ministro Reinhold Stephanes, e só lamento que o paranaense Deputado Rosinha votou contra esse projeto. Sempre tenho dito e tenho me manifestado daqui da tribuna, que não podemos radicalizar nem para um lado e nem para outro lado, mas que tem que se encontrar um ponto de equilíbrio com muito debate e com muita discussão, para que não venhamos a penalizar o pequeno agricultor e que devemos entender que o Brasil e o Mundo precisam de alimentos, que são produzidos na terra. Agora, inviabilizar a atividade economicamente do nosso agricultor, isso é impossível.

Citamos inúmeros exemplos que têm acontecido no Estado do Paraná, pequenas propriedades com 10 hectares de terra que têm um rio ou um topo de morro, além de ter que fazer a reserva legal. Com isso se inviabiliza totalmente uma propriedade. Se um rio atravessa toda a sua propriedade, tem que deixar 30 metros de cada lado, daí são 60 metros que se perde, mais 20% da reserva legal e mais o topo do morro - automaticamente você toma toda a terra.

Mas, o grande avanço que se teve foi que o Congresso Nacional está legislando sobre as regras gerais e deixa para os Estados legislarem concorrentemente, de acordo com a Legislação Federal, sobre a questão ambiental. Só uma coisa ficou clara: reduziu-se de 30 para 15 metros a mata ciliar, tudo de acordo com o Plano de Zoneamento Econômico Ecológico dos Estados, sendo que depois da publicação da lei cada um tem um prazo de cinco anos para fazer o seu plano, o seu Zoneamento Econômico Ecológico. O Congresso transfere isso para as Assembleias Legislativas, para os Governos de Estado, porque é onde acontece a realidade. Isso porque temos no Paraná diversas realidades porque o Oeste é diferente do Noroeste, o Noroeste é diferente dos Campos Gerais, quer dizer, no Paraná temos regiões diferentes e imaginem no Brasil.

Por essa razão acredito que o Congresso deu um avanço importante e nós Deputados, no próximo mandato, Oxalá possamos estar aqui para legislar exatamente sobre essa questão do zoneamento do nosso Estado.

Concedo um aparte à Deputada Rosane.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Obrigada, Deputado Elio Rusch!

A grandiosidade do Parlamento está nessa questão de podermos estar aqui representando os vários segmentos. O senhor representa o segmento produtivo da agricultura com maestria e o respeito muito por isso, mas só queria me colocar como contrária a uma grande parte da sua fala, Deputado Elio Rusch, com todo o respeito que o senhor merece, para mim o mais sério é exatamente a finalização da sua fala, quando dá aos Estados a possibilidade de flexibilizar e legislar sobre a questão ambiental. Podemos está aí à frente de uma situação porque hoje temos a guerra fiscal, onde as empresas se instalam ou no Paraná ou na Bahia de acordo com os incentivos fiscais que obtêm, e nós vamos ter a mesma situação com relação à questão ambiental porque os Estados que tiverem mais cuidados ou que tiverem uma lei mais rígida talvez sofram muita pressão dos outros, por conta dessas questões e isso me preocupa bastante.

Também quero lhe falar que uma base bem grande do meu eleitorado é de produtores rurais e sei que este País só é respeitado por conta da nossa agricultura, e o respeito que nós temos, Deputado, aí fora é por conta do suor e do calo dos nossos agricultores. E eu entendo perfeitamente isso. Agora, eu digo, sem medo de errar, Deputado, o problema com a nossa produtividade e com os nossos agricultores não está na questão ambiental. Está, por exemplo, quando o Governo não garante o preço mínimo do produto, e quando, muitas vezes, a produção tem que ficar na roça, como aconteceu há alguns anos atrás com a produção de batata em toda a nossa região aqui. O problema dos agricultores também está na falta de subsídios, na falta de uma política de seleção, onde possamos regulamentar a plantação. Tenho absoluta convicção disso que eu defendo.

Então, temos que olhar isso com muita cautela. O que foi aprovado foi o relatório de uma comissão especial para a mudança do Código Florestal, e esse relatório agora terá que passar pela Câmara Federal, terá que passar pelo Senado, e isso se dará só depois das eleições, e teremos pelo menos esse período para pensar com mais cautela a respeito disso. Agora, acredito no caminho do meio, acredito exatamente nem na radicalização dos movimentos ambientais e nem na radicalização do movimento ruralista. Temos que buscar o caminho do meio. Se 30 era demais, com absoluta certeza cinco é de menos Deputado.

Um abraço e muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Primeiro, não são cinco, são 15.

Deputada Rosane, obrigada pelo aparte. Realmente eu entendo V. Exa. que é uma profunda defensora da questão do meio ambiente, tanto é que pertence ao Partido Verde, e está de blusa verde hoje em homenagem até ao estudo e entendimento que se teve lá no Congresso Nacional. Acredito que podemos avançar, e vamos avançar muito, como todos Deputados falaram, já que 90% das questões, 90% das propriedades rurais do nosso Brasil, do Paraná talvez, Deputado Cheida, até mais ainda, possam ser resolvidas com essa questão, com o novo Código Florestal Brasileiro. Quero agradecer aos nossos Deputados do Paraná e fazer um agradecimento a todos os Deputados que integram essa comissão, os favoráveis e os contras, porque na verdade é no Parlamento que se discute, que se aperfeiçoa, e esse tema virá para as Assembleias Legislativas do nosso Brasil, aonde vão se discutir os grandes temas. E é em relação a essa questão, Deputado Cheida, um profundo conhecedor, estivemos juntos em alguns debates discutindo essa questão, sem radicalismo. E o que nós queremos é que o pequeno possa produzir, o preço mínimo não está se cumprindo no nosso País, realmente não cumpre. Agora, você só tem produto para vender no preço mínimo, ou abaixo, se você dá condições para que ele possa produzir. E não podemos inviabilizar essa atividade do nosso agricultor.

Por essa razão, parabéns aos Deputados que defenderam esse entendimento, parabéns aos Deputados do Paraná que votaram a favor. É disso que o Parlamento precisa e é isso que a sociedade do Paraná espera do nosso representante.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Encerrado o horário do Pequeno Expediente, passa-se ao horário do Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Pela Ordem)

Apenas, Sra. Presidente, para fazer um convite aos demais Pares desta Casa. Amanhã, às 9h da manhã no Ple-

nário, vamos ter a honra de estar promovendo aqui uma Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional do Meio Ambiente. É uma discussão bastante pertinente, mas estaremos aqui homenageando principalmente aquelas pessoas que se libertam das lavouras de fumo no Sul do Paraná, uma quantidade imensa de problemas advindos com o uso de agrotóxicos nessas lavouras, e passaram a outro tipo de produção, principalmente os faxinalenses.

Então, gostaria, Presidente, de convidá-la, bem como convidar a toda a Mesa Diretiva da Assembleia e aos demais Pares para amanhã, às 9h da manhã, se possível, os nobres Deputados e Deputadas se fazerem presentes, em Plenário, que será extraordinariamente importante para o sucesso dessa comemoração.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Tema importante e devidamente registrado. Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de hoje muitos assuntos devem ser tratados, respondidos. Entendo a ausência de alguns Parlamentares que usaram a palavra, em razão de que o dia de hoje foi a data marcada para que os Deputados assinem sua documentação no TRE, precisando assim ausentarem-se do plenário.

Deputado Douglas, não vejo, sinceramente, na apologia de um soco ou um arranhão, que isso seja atitude que deva tomar uma pessoa, nem um grau de valentia ou não. Por quê? Primeiro, porque pessoas civilizadas não partem para a agressão. Segundo, a Cidade de Campo Mourão estava realizando a sua principal festa, que é a Festa do Carneiro no Buraco, que recebe visitantes, autoridades do Paraná inteiro e muitas de outros Estados, inclusive.

O Rubens Bueno foi Prefeito daquela Cidade e foi um dos que apoiou, iniciou, incentivou e começou com o Carneiro no Buraco. Pelo sim ou pelo não o que recomendaria, como anfitrião, seria, ao notar a presença de alguém que não lhe fosse grato, afastar-se. Jamais uma agressão, que não enobrece, sem dúvida alguma, o Município de Campo Mourão. Imaginemos que tivesse acontecido no recinto da festa. Seria muito ruim para aquele Município! Não vejo ato de valentia nem de frouxidão em um acontecimento que se sucede no repente. Até porque, aqui dentro desta Casa, eu era Deputado, evitamos um fato mais trágico que envolveu o Rubens numa discussão e que poderia ter ido a uma situação muito complicada, porque existia risco de vida. E nós, como Parlamentar, separamos esse acontecimento. Lamento profundamente o que lá aconteceu. Não vejo razão de elogio ou de crítica, apenas lamento o fato que ocorreu.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Claro que temos que lamentar, mas ninguém tem sangue de barata. Não dá para ser insultado toda hora. Eu estava lá e vi tudo o que aconteceu. O que exigimos é respeito ao povo de Campo Mourão,
Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Também falei com pessoas que estavam, com uma versão diferenciada. As versões de Campo Mourão são contraditórias. Espero que fique no passado. Mas não vou discutir com V. Exa. Estou só lamentando. Não é com agressões que se defende o povo de Campo Mourão.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, estamos complementando um período de Governo de oito anos, que começou com o Governador Roberto Requião, tendo como Vice o Governador Pessuti, em cima de uma proposta indissolúvel que sempre acontece entre o Governador e seu Vice. Aqui foi dito que havia uma proposta de contratar 6 mil policiais e foram contratados 5 mil 920, e que 5 mil 920 não são 6 mil. Eu quero colocar, Srs. Parlamentares, que esses 1 mil e 500 policiais, que estão fazendo escola nesta data, são frutos de concurso realizado dentro desse período de oito anos, que havia se colocado como meta de chegar a seis. Portanto, já vai para sete e meio, quase oito.

Segurança Pública, segurança na sociedade não se faz apenas exclusivamente com aumento de contingente. Às vezes, fico remoendo, revendo determinadas posições aqui dentro. Quando o Governo Requião assumia, a Polícia do Estado do Paraná estava sucateada, as viaturas de Polícia no Estado do Paraná eram alugadas. Três, quatro meses de aluguel pagavam o valor da viatura. O Governo do Estado recuperou todas, adquiriu viaturas novas, Polícia Civil e Polícia Militar. Hoje, cada destacamento nosso possui uma viatura em condições. O Governo ampliou coletes à prova de bala, adquiriu pistolas ponto 40 que cada policial nosso usa. Antigamente, muitas vezes, os policiais usavam um revólver deles, porque a Polícia não tinha para fornecer.

Dá a impressão que o Governo, que antecedeu a este de Requião/Pessuti, fez alguma coisa pela Segurança, que tivesse aumentado o número de policiais, pois se encerra este mandato de oito anos de Requião/Pessuti com uma quantidade enorme a mais do que recebeu, com uma estrutura melhorada, com geoprocessamento do crime, com a nossa Polícia capaz de atender.

Então, a coisa não pode ser da forma como é colocada, fácil. As pessoas esqueceram, existe Parlamentar que esqueceu, que foi Líder do Governo anterior e que não cobrou nada. De onde é que vem o SIATE, Deputado Tadeu Veneri, que faz parte da Segurança Pública para salvar vidas? Foi instituído por este Governo. De onde é que veio a ideia de se fazer a ampliação do sistema de segurança de bairro, o Projeto POVO, a defesa do cidadão lá no bairro? Veio deste Governo. É fácil falar: "Não, porque o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar..."

Corpo de Bombeiros faz parte da Polícia Militar do Estado do Paraná, é um segmento da Polícia Militar do Estado do Paraná. Portanto, quando ouço elogios ao Corpo de Bombeiros, ouço ao Corpo de Bombeiros integrante da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Mais uma coisa: Segurança não é só Soldado na rua. Eu vi o Secretário da Segurança do Estado de São Paulo dizer numa entrevista que a Polícia Militar de São Paulo tem mais policiais do que o Exército Nacional, e não é por isso que São Paulo não tenha crime. O crime se combate com a escola, com o aumento de emprego, com a estruturação do processo social das pessoas, com a possibilidade de integração na sociedade, coisa que está sendo feita, aliás, aos milhares, por projetos do Governo Estadual e do Governo Federal. Outra coisa, para prender tem que ter onde colocar. Este Governo construiu 12 presídios no Estado do Paraná, assumiu com uma capacidade de vaga em presídio de 6 mil pessoas. Só neste Governo se conquistou 8 mil novas vagas em presídios. Hoje temos 14 mil vagas, quando tínhamos seis. Portanto, isso é avanço no sistema de recuperação daquele que se prende. Não podemos trancafia-lo dentro de uma delegacia, como sempre foi feito, sem a mínima condição de que esse preso possa ter uma recuperação durante o tempo que cumpre a pena.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado Caíto Quintana, só quero fazer uma consideração. Dias atrás, conversando com um policial militar, exatamente esse foi o discurso feito: "Não estamos em uma situação tranquila. Nós, Soldados da Polícia Militar, não estamos em uma situação que possa ser confortável, mas estávamos em uma situação muitíssimo pior, uma situação praticamente de desespero".

Embora eu tenha - V. Exa sabe e os Deputados aqui sabem - divergência quanto a você aplicar, por exemplo, recursos da Saúde no Hospital da Polícia Militar, mas sabemos o que era o Hospital da Polícia Militar até sete anos e meio atrás, oito anos atrás, que estava caindo o teto, e o que foi feito hoje. Então, tudo bem, as críticas devem ser feitas, mas a crítica a ser feita sem olhar como você entregou o Governo e a forma como este Governo, naqueles oito anos anteriores, quem lembra, e V. Exa. estava aqui, o que foi a Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e as acusações que foram feitas naqueles momento a diversos elementos da Corporação, não tem condições, hoje, de esquecer aquilo e fazer as críticas. Acho que as críticas são necessárias, agora, não se pode esquecer o que havia e qual era o estado de coisas que encontrávamos. Concordo com V. Exa. que o crime deva ser combatido de diversas maneiras, mas, com certeza, a melhor delas é apenas o discurso.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Exatamente. É só pedir para a Polícia Militar do nosso Estado o contracheque de quanto recebia e de

quanto recebe, a capacidade de promoção na carreira, a abertura de que um Praça possa chegar a ser Oficial, através do curso superior, a quantidade de policiais nossos que puderam fazer faculdade, todos esses projetos.

E quero me deter agora, não olvidem aqueles que criticam por criticar, que o Governo do Estado mandou no dia de hoje, já foi lido ou será lido, um anteprojeto de lei que não é fruto de requerimento é fruto de estudos, elevando para 26 mil 747, o número de militares estaduais. Quer dizer, um avanço substancial, porque tínhamos, no final do Governo anterior - anterior que falo é o Governo anterior ao Governo Requião/Pessuti - menos de 16, vai para 26 mil 747.

Quero falar de uma região que conheço, no Sudoeste do Paraná foi criado mais um batalhão da Polícia Militar, em Francisco Beltrão, permanecendo o Batalhão de Pato Branco. Nesse Batalhão de Pato Branco, foi criado mais uma companhia em Coronel Vivida, e em Palmas, ou Clevelândia, me foge à memória, criado um batalhão em Francisco Beltrão, mantendo uma companhia em Santo Antônio, uma em Dois Vizinhos, e uma em Capanema, preenchendo aquele espaço. Hoje temos lá mais de 70 policiais novos para comporem a instalação desse batalhão. Aqui, na região de Curitiba, foram criados novos batalhões. Existe a ideia de descentralização do Comando da Polícia Militar, já anunciada pelo Governador Pessuti, onde teremos em cada região do Estado do Paraná um Comando Independente da Polícia Militar para que não necessite algo que seja que tenha que ser pedido no Município lá da região Oeste, Noroeste, Sudoeste, ou Sul, que ele tenha que vir desembocar, aqui, no Comando Geral, ele será tratado com independência nesses Comandos Regionais a serem criados. Está se criando batalhões na Região Metropolitana.

Ao invés de termos apenas um comando da Polícia do interior, teremos esses comandos subdivididos, inclusive, na Região Metropolitana de Curitiba.

Então, o que me faz vir à tribuna, era responder o Deputado Ney Leprevost. Mas nisso, hoje, ele foi mais eficiente do que o Líder do Governo. Porque tudo o que ele colocou, ontem, hoje, ele fez a própria defesa daquilo que havia feito. O que não posso ver é a negativa do avanço, que está acontecendo e vai acontecer. Espero que a solidariedade do povo do Estado do Paraná, que use os números de denúncia de narcotráfico, para que possamos fazer frente a esses poucos, que ganham tanto na custa da vida de jovens e de adultos, que se perdem por esses caminhos, levados muitas vezes pela insistência e influência dos traficantes.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Horário das Lideranças: PT; PSDB; PDT.

No horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

Liderança do PMDB: Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para falar de um momento político, o que ocorreu nos últimos dias, com as convenções no Paraná e em todo o Brasil. Falar do meu posicionamento dessa situação, que ocorreu dentro meu partido, no Paraná e no Brasil.

Deputados Belinati e Caíto Quintana, eu já fui falar com o presidente do meu partido, da decisão que estou tomando. Fui falar, ontem à noite, no Palácio das Araucárias, com o nosso Governador Orlando Pessuti. Ele me disse que eu tinha razão, na minha decisão que tomei.

Todos que acompanham a minha trajetória sabem, aqui na Assembleia, durante todos esses anos, politicamente, que sempre defendi dentro do nosso partido, que é o maior do Brasil, o PMDB, o mais bem estruturado, com o maior número de diretórios municipais, de Vereadores, Prefeitos e Governadores, Senadores e assim por diante, que chegue a eleição e não tenhamos lançado um candidato a Presidente da República e em muitos Estados, nem a Governador. Não dá para entender isso.

O nosso partido vem da cúpula do PMDB de cima para baixo, de novo, negociando com outros partidos e abdicando da candidatura própria de Presidente da República. Aqui, no Paraná, eu sempre fui politicamente ético dentro do nosso partido, um defensor. Desde o MDB, eu nunca mudei de partido e também nunca deixei de me envolver nas eleições, seja eu candidato ou não, sempre trabalhei e ajudei o meu partido com este ou aquele candidato.

Nesta eleição defendendo já há mais de dois anos, que o partido tenha candidatura própria. Inclusive, eu fui grande defensor da candidatura do Governador Orlando Pessuti, para sua reeleição. Foi uma grande discussão e acabamos na convenção com uma confusão enorme. Todos os delegados que vieram saíram descontentes e ninguém votou nada. Acabamos vivenciando, novamente, o PMDB abrindo mão de ter o seu candidato e de fazer uma coligação, que é democrática. Democracia é isso. Respeitamos embora não concorde, mas tem que respeitar porque a democracia permite fazer as composições. Mas, a composição que fez o PMDB eu realmente, Deputado Cheida, V. Exa. que é companheiro de partido, tenho que manifestar, não acompanhei essa coligação que foi feita com outros partidos. E, principalmente, na minha Cidade de Foz do Iguaçu, o Prefeito que discordo - não por ser de outro partido, mas pela forma que governa a Cidade, mergulhado em denúncias e corrupção. Jamais estarei nesse palanque. Claro, naquela coligação que envolve o vice do PMDB, tem candidato lá dentro que vou apoiar.

Mas, vou comunicar aqui publicamente que para Governador do Paraná e Presidente da República, vou apoiar os candidatos do PSDB. E de forma nenhuma

apoiarei e muito menos trabalharei e muito menos votarei nos candidatos que envolvem essa coligação, que envolve o PMDB. Não posso apoiar os candidatos de outro partido por debaixo das cortinas. Tenho que fazer isso publicamente porque eu disse, respeito a coligação, mas não concordo de forma nenhuma, que nós novamente vamos a reboque em outro partido.

Feito isso, quero daqui para diante, trabalhar e vou ajudar os candidatos que citei. E eu que não vou ser candidato a Deputado, resolvi não me candidatar mais, vou lançar o meu filho por outro partido. Quero agora ficar com toda a liberdade discordando dessa coligação, trabalhando para os candidatos do PSDB.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Liderança da Oposição, Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Rafael Greca de Macedo.

Liderança do Governo: Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Veja os senhores como é democrático o PMDB. O Deputado Dobrandino da Silva vem no horário do partido dizer que não vai apoiar o candidato apoiado pelo partido. Foi para isso que se fez a democracia brasileira. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, paranaenses que me ouvem, Oficiais e Praças da gloriosa Corporação do Corpo de Bombeiros que estão nesta Casa hoje, quando será votado o projeto de lei de autoria do Sr. Governador do Estado, que cria o Conselho Estadual de Segurança Contra Incêndios. Na minha modesta opinião, de ex-Prefeito de Curitiba e de urbanista, temos hoje um avanço sobremaneira para as Cidades aonde as Prefeituras não tem as condições que tem a Prefeitura de uma grande Cidade, de avaliar a segurança das edificações, a sua adequação as normas técnicas de proteção contra incêndios. Então, se acrescenta ao Corpo de Bombeiros, uma função nova que é até de embargar construções inadequadas que será com certeza, proveitosa para a salvação de vidas humanas e para o bem da gente e da terra do Paraná.

Amanhã, a Associação Comercial do Paraná comemora 120 anos. Homens ligados a cultura da erva-mate, como o Barão do Cerro Azul, o Comendador José Ribeiro de Macedo, meu bisavô, o Coronel David Carneiro, o pioneiro da Justiça Social no Brasil e no Paraná e o Coronel Zacarias de Paula Xavier, fundaram em 1890 na esquina da rua Presidente Farias com a Rua XV de Novembro a gloriosa Associação Comercial do Paraná.

Fundaram para brigar pela erva-mate, pela adição de açúcar nas barricas de erva-mate que era feita pelos comerciantes de erva-mate da Argentina e do Sul. Fundaram para lutar pelo mercado internacional e nacional, o chamado chá dos jesuítas, a erva-mate.

Na classificação de *Lineu Ilex Paraguariensis* - a folha larga que cresce em árvores rígidas, à sombra da floresta das araucárias.

Ontem o Congresso Nacional, discutiu tamanho de mata ciliar, tamanho de reserva legal. Chamaria a atenção dos ambientalistas e dos verdes, e também dos fiscais do IAP para a importância do segmento produtivo e da cadeia produtiva da erva-mate. Temos um valor econômico que é um valor verde. Nós temos no barbaquás, no cancheio da erva-mate, no preparo do chá do chimarrão e da essência desse produto natural a possibilidade de embaixo dos pinheiras, sem derrubar nada, apenas desbastando folhas a cada estação, conservar e promover a natureza e o meio ambiente.

Por muitos anos foram os ervateiros perseguidos pelos fiscais do meio ambiente pela sua atividade de desbastar a erva-mate. Mas, até numa conversa com o especialista que é o Deputado Cheida, eu, na minha condição de engenheiro urbano, embora bisneto de ervateiro, conversava com ele, vê-se na erva-mate uma condição de atividade econômica na reserva legal.

O Paraná tem que prestar atenção na maravilha que é esse negócio da erva-mate. Fôra ruim e a Coca-Cola não teria comprado a peso de ouro a Indústria Mate Leão. Fôra ruim o negócio da bebida verde e econômica, e a grande multinacional interessada em bebida verde não teria aberto, na Fazenda Rio Grande, uma grande fábrica que será em muito superior à fábrica do Mate Leão, que nos tempos de menino dava um cheiro de chimarrão para as manhãs de cerração de Curitiba, quando torrava erva-mate ali na esquina da João Negrão com a avenida Silva Jardim e Presidente Getúlio Vargas.

Minha gente, a indústria da erva-mate é um segmento autossustentável. Há duas moças geniais aqui em Curitiba que propõem, inclusive, a erva-mate como essência de perfume. A sua empresa Essencial faz vaporizador de ambiente e perfume para mulher e para homem com cheiro de erva-mate. O Miguel Krigsner, do Boticário, na ocasião dos 300 anos de Curitiba, a meu pedido, criou um perfume com essência de erva-mate para ser distribuído às mulheres curitibanas, e fez tamanho sucesso que esgotou a sua tiragem.

Perfume, chá, chá verde, bebida, corante, a erva-mate tem a virtude de ser, além da essência da nossa terra, uma indústria autossustentável. Grandes reservas legais e até a mata ciliar, se houver inteligência nos fiscais ambientais, poderão ser utilizadas no cultivo da erva-mate.

Então, no momento em que comemoramos os 120 anos de uma casa feita com o dinheiro da erva-mate, a gloriosa Associação Comercial do Paraná, que aliás amanhã vai dar a Medalha Barão do Cerro Azul para o ator curitibano Herson Capri, que viveu o Barão no filme do Maurício Appel, o filme O Preço da Paz, haverá uma cerimônia para isso no Castelo do Batel. Mas no momento da comemoração dos 120 anos dessa casa do meu bisavô, do nosso Barão, dos antigos ervateiros, a Associação Paranaense de Indústria de Erva-Mate e a

Associação Brasileira de Indústria de Erva-Mate, ponham na cabeça, na sua e na dos ambientalistas que o Paraná tem no chá dos Jesuítas, na folha larga que é cancheada e queimada nos barbaquás, a condição de ter uma indústria autossustentável, que eu defendo com o entusiasmo do meu sangue que é verde de pó de erva-mate também, porque assim escreviam os irmãos do meu avô, assim escrevia a irmã do meu avô, minha tia, Odaléia Macedo Caron, dizendo: “Vivi numa casa grande, larga, aonde na varanda, pela tarde, via homens verdes cobertos de suor, cheirando a erva-mate.”

Então, essa indústria tão bonita, tão paranaense, tem toda condição de se tornar, de um tempo só, uma indústria autossustentável e uma alternativa ambiental para a floresta sombreada das araucárias.

Com o aparte o Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Apenas para contribuir com a sua ideia, tramitou nesta Casa um projeto de lei de minha autoria e do Deputado Teruo Kato, e foi aprovado. Esse projeto chamou-se Reserva Legal Sustentável, onde o uso da erva-mate, combinada ou não com outras plantas nativas, em outros lugares do Paraná, a seringueira, a laranja, o café sombreado, etc., dava a oportunidade dos agricultores ocuparem e tirarem seus proventos ali daquela área de 20%. Esse projeto foi para a sanção e foi vetado, estamos na iminência de recebê-lo aqui novamente para discutirmos seu veto.

Queria, neste aparte, pedir a V. Exa. que, junto conosco, pudéssemos ver isso, porque seu pronunciamento é a essência desse projeto, ou seja, dar ao cidadão a oportunidade de manejar as nativas e com isso preservar o ambiente e ter recursos para a sua propriedade.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não sei se consegui, mas tentei com as minhas palavras, cheias de otimismo paranaense, perfumar a Assembleia com a essência sagrada da erva-mate, o chá da nossa terra, que a Coca-Cola quer vender para o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

“Amargo doce que sorvo em lábio de prata tem o perfume da mata, beijado pelas florestas”. São mais ou menos assim os versos de um gaúcho para aqueles que adoram o chimarrão. O gosto amargo da erva.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa a Ordem do Dia, com presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 053/10, subscrito pelo Exmo Sr. Governador do Estado, constante do expedi-

ente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei fixando efetivo da Polícia Militar do Paraná, alterando a composição do FUMPM, FASPM e alterando também, a lei de promoção de oficiais da PMPR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Comunicado, subscrito pelo Presidente Antonio Anibelli, constante do expediente, informando aos Srs. Deputados que as propostas de Emendas da Constituição nºs 025/10 e 026/10, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que objetiva alterar o artigo 47 da Constituição Estadual do Paraná, já foram publicadas no Diário da Assembleia e estão sendo distribuídas e avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. De acordo com o artigo 192 do Regimento Interno está aberto o prazo de três dias para apresentação de emendas às propostas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2338, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 09, 16, 29 e 30 de junho do corrente ano, devido ao fato de estar em viagem a Brasília e aos Municípios do interior do Estado onde participou de diversas audiências e reuniões. **À Comissão Executiva.**

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o último projeto que vai ser votado hoje é o que é do interesse do Corpo de Bombeiros, por isso solicito a inversão da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em votação Requerimento nº 2380, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Antonio Belinati e Elio Rusch, constante do expediente, requerendo inversão total da pauta de votações da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Informo também aos Srs. Deputados que instalamos as duas comissões para a reforma a Constituição. Os senhores podem apresentar as emendas nos próximos três dias.

Informo ao Deputado Jocelito Canto que estou assinando e remetendo ao Tribunal de Contas o seu pedido. Eu lhe disse que quando assumisse a Presidência eu assinaria.

Discussão/Votação

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/10, que institui normas gerais para a execução de atividades concernentes à prevenção e combate a incêndio. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovada. (Publ. no DA nº 050/10, de 17/05/10, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 224/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

A proposta encaminhada pelo Poder Executivo Estadual tem a finalidade de compor o Conselho Estadual de Segurança Contra Incêndio, com a finalidade de regular ações do Corpo de Bombeiros do Paraná, para que sejam adotadas medidas de segurança, prevenção e combate a incêndios.

Fundamentação

Inicialmente, cumpre esclarecer que compete à esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade do projeto de lei em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

O projeto de lei em tela versa sobre a criação de um Conselho Estadual de Segurança Contra Incêndio e regulamenta ações do Corpo de Bombeiros do Paraná, com a finalidade de prevenir e combater possíveis incêndios. A Constituição Estadual do Paraná, no parágrafo único de seu artigo 46, configura o Corpo de Bombeiros como instituição integrante da Polícia Militar do Paraná.¹

A competência para legislar sobre a criação de órgão estadual, como o Conselho em questão é conferida privativamente ao Chefe do Poder Executivo Estadual, conforme disposto no inciso IV² do artigo 66 da Constituição Estadual do Paraná, ainda, o inciso III³ deste mesmo artigo, confere ao Poder Executivo a competência exclusiva para legislar sobre a organização da Polícia

1. Art. 46. Constituição Estadual/89 A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos: II - Polícia Militar; Parágrafo Único: O Corpo Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

2. Art. 66. Constituição Estadual/89. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração.

3. III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar; Pública.

Militar, ambos fundamentados no Princípio da Separação dos Poderes, adotados pelo nosso ordenamento jurídico.

Tal princípio, observado, no artigo 2º da Constituição Federal⁴ demonstra que o Poder do Estado divide-se em funções, com competências específicas a determinados órgãos diferentes. Verifica-se a necessidade de cada Poder manter-se autônomo e constituído por pessoas e grupos diferentes.

Segundo a explicação de Marçal Justen Filho:

*A teoria da separação dos Poderes Estatais é um mecanismo clássico de organização e limitação do poder político, e consiste em impedir que todas as funções sejam concentradas em uma única estrutura organizacional. Isso produz um sistema de freios e contrapesos e permite que o poder controle o próprio poder, ou seja, gera a fragmentação do poder, com uma pluralidade de sujeitos exercitando competências distintas e controle recíproco.*⁵ (grifo nosso)

Existente, portanto, a legitimidade legislativa do proponente, que possibilita a análise do presente projeto, pois se observa que sua competência privativa foi observada para possibilitar a legislação sobre a matéria em tela.

Merece destaque o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal: “O Pleno desta Corte pacificou jurisprudência no sentido de que os Estados-membros devem obediência às regras de iniciativa legislativa reservada, fixada constitucionalidade.” (ADI nº 2819, Rel. Ministro Eros Grau, julgamento em 06/04/05, publicado em 02/12/05).

Neste sentido: “Processo legislativo; modelo federal; iniciativa legislativa reservada; aplicabilidade, em termos, ao poder constituinte dos Estados-membros ou do Judiciário: é o que se dá quando a emenda à Constituição do Estado dispõe sobre ‘criação, estruturação e atribuições’ de órgão da administração afetos ao Poder Executivo: nela se insere ineludivelmente o Conselho Estadual de Educação, de cuja composição cuida o ato normativo.” (ADI-MC nº 2654, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence, julgamento em 26/06/02, publicado em 23/08/02).

Verifica-se ainda, que a proposta de lei em tela adequa-se às disposições presentes na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Assim, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade do projeto de lei em exame, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22/06/10.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

4. Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

5. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. 1 ed. pg. 23.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 224/10

P A R E C E R :

O presente projeto de autoria do Poder Executivo que institui normas gerais para a execução de atividades concernentes a prevenção e combate a incêndio.

Pesquisas realizadas por várias entidades para conhecer quais são os profissionais mais confiáveis mostram que os bombeiros reinam absolutos há vários anos, prova de empenho e dedicação. Portanto, nada mais justo e necessário legalizar a atuação desses profissionais, conferindo ao Corpo de Bombeiros o poder de polícia administrativa.

A criação do Conselho Estadual de Segurança Contra Incêndio - CONESCI, assegura a participação representativa de toda a sociedade organizada na elaboração das normas de prevenção, combate a incêndio e proteção das pessoas, proporcionando tranquilidade pública.

Há que se destacar, neste projeto, além das medidas de segurança, em que se baseiam a prevenção aos incêndios, uma grande preocupação em distribuir responsabilidade para todos os setores da sociedade, incluindo o próprio CONESCI, autores de projetos, proprietários e possuidores direto ou indireto de imóveis e até mesmo qualquer pessoa, que poderá denunciar irregularidades.

Finalmente, cabe ressaltar a seriedade do projeto no que se refere às sanções que podem ser leves, como advertência e multa simples, até a suspensão total ou parcial das atividades, demolição de obra e medidas restritivas de direito, tudo isso levando em conta a gravidade do fato, os antecedentes e a situação econômica do infrator. Trata-se, em resumo, de regulamentação que busca o bem comum, com a participação direta da sociedade. Fica evidente, pela proposta, que o objetivo é efetivamente a segurança e o bem-estar da população.

Portanto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06/07/10.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/10, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização da Estrada Municipal entre Campo Bonito e a Cidade de Braganey. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 013/10, de 03/03/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 078/10

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, que tem por objetivo dispor sobre a estadualiza-

ção da Estrada Municipal entre Campo Bonito e a Cidade de Braganey.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 18/05/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 078/10

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Artagão Júnior, tem como escopo transferir para o Estado do Paraná a tutela da estrada que específica.

Distribuído a esta comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especialmente no tocante às proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral.

Em assim sendo, não havendo qualquer óbice à prosperidade da proposição em tela, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 078/10.

Sala das Comissões, em 18/05/10.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/10, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que altera o artigo 2º da Lei nº 16332 de 18 de dezembro de 2009, que efetuou a doação de imóvel ao Município de Uniflor-PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/10, de autoria da Deputada Beti Pavin, que inclui no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia do Hip Hop e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Nova Cantu - CANTUART, com sede e foro no Município de Nova Cantu e foro no Município de Campina da Lagoa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 142/10, de autoria da Deputada Beti Pavin, que institui o Dia Estadual da Capoeira e Ofício dos Mestres, a ser comemorado anualmente no dia 20 de setembro de cada ano. **Aprovada. (Publ. no DA nº 031/10, de 05/04/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 362/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que insere no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, o Dia de Paranaguá em Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 084/09, de 03/08/09, em Projetos de Lei).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2341, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2342, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2340, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2344, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2345 e 2346, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2348, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2349, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2351, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2352, de autoria do Deputado Ney Leprevost, Douglas Fabrício, Jonas Guimarães, Dr. Batista e demais Deputados, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2353 a 2376, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene para quinta-feira, dia 08, às 09h, em “Comemoração ao Dia Internacional do Meio Ambiente”.

Marco, ainda, uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 141, 256 e 288/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 078 e 224/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 146, 151, 280 e 281/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0468/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2859, datado de 26/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a GILDA FERNANDES NUNES LAZAROTTY, matrícula nº 40346, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário, nível NBA-03, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos da Emenda Constitucional nº 041 de 31/12/03, a partir da data de sua opção.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2204/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa

do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5335, datado de 11/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a CARLOS ROBERTO TAVERNA DA FONSECA, matrícula nº 40315, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTC-03, com lotação na Administração da Casa, 03 (três) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 22/12/97 a 22/12/02, conforme assegura o artigo 247, parágrafo único da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06/07/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2217/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8619, datado de 09/06/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a NILCÉIA DIAS BRUNO IENSEN, portadora do RG nº 4.021.340-6, viúva do ex-Deputado Estadual, Vanderlei Iensen, falecido em 02/06/10, pensão mensal nos termos da Lei nº 4763/63, com valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13426/02 e nos termos do artigo 3º, do Decreto Legislativo nº 180/64.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29/06/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 0512/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7924, datado de 25/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, em favor de STELA MARIS AGUIAR MACHADO GEMBA, matrícula nº 614, funcionária estatutária do Quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, portadora da Carteira de Identidade RG nº 3.152.831-3 e CPF nº 497.070.359-00,

ocupante do cargo de Taquígrafa, nível NUE-04, lotada na Coordenadoria de Taquigrafia, o tempo de 13 anos, 01 mês e 11 dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo, em que trabalhou nas seguintes empresas nos respectivos períodos: de 01/12/82 a 12/01/83 (01 mês e 12 dias) em que trabalhou na Universidade Federal do Estado do Paraná; de 25/03/83 a 01/06/90 (07 anos, 02 meses e 08 dias) em que trabalhou na Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; de 09/02/98 a 01/12/03 (05 anos, 09 meses e 21 dias) em que trabalhou na Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná; de 02/05/89 a 20/12/92 em que trabalhou na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, já descontado o tempo em paralelo. Mandar retificar, a data de admissão da referida funcionária, de 01/06/89 para 20/12/92 como constatado em Certidão de Contribuição do INSS.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/05/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0513/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9431, datado de 24/06/10, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar a servidora SIMONE CARON, matrícula nº 40478, a responder como responsável pelos trabalhos da Biblioteca Vidal Vanhoni.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/06/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0516/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 325, datado de 15/01/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar em favor de DANIEL ALEXANDRE PEREIRA, matrícula nº 40213, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBB-03, lotado no Gabinete do Deputado Estadual, Antonio Martins Annibelli, 06 meses relativo ao dobro de uma licença especial, para todos os efeitos legais, por não haver se afastado do exercício de suas funções no período compreendido entre 22/12/92 e 22/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29/06/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0518/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

lotar a servidora LIDIA GRANUSKA, matrícula nº 40749, para prestar serviços junto a Coordenadoria de Patrimônio.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0519/10

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

lotar o servidor SILAS PASSOS DA SILVA, matrícula nº 41027, para prestar serviços junto a Coordenadoria de Segurança.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0520/10

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8103, datado de 31/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder em favor de CRISTIANE JUK, matrícula nº 5592, funcionária comissionada do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, portadora da Carteira de Identidade com registro nº 6.015.195-4, CPF nº 861.227.549-00, lotada no Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Pedro Ivo Ilkiv, contando até 17/06/10, com 07 anos, 04 meses e 16 dias de prestação de serviço, Certidão de Tempo de Contribuição e Contagem de Tempo de Serviço nesta Casa Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0522/10

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

lotar o servidor JOSÉ ANTÔNIO DE CASTRO CABRAL, matrícula nº 40382, para prestar serviços junto a Coordenadoria de Manutenção e Transporte.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0523/10

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8104, datado de 31/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder em favor de MÔNICA ANDREA BARCELOS DO AMARAL, matrícula nº 5203, funcionária comissionada do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, portadora da Carteira de Identidade com registro nº 324.727-4, CPF nº 905.207.009-10, lotada no Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Pedro Ivo Ilkiv, contando até 17/06/10, com 07 anos, 04 meses e 16 dias de prestação de serviço, Certidão de Tempo de Contribuição e Contagem de Tempo de Serviço nesta Casa Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0524/10

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

lotar o servidor MARIO ADIR JOBBINOS, matrícula nº 40702, para prestar serviços junto a Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30/06/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0525/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Lotar a servidora CLAIR LUCILENE TAVARES, matrícula nº 40767, para prestar serviços junto a Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, 30/06/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0526/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Lotar o servidor SERGIO GRITTEN FERREIRA, matrícula nº 40085, para prestar serviços junto a Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, 30/06/10.

(a) ERON ABBOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0527/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Lotar o servidor JERONIMO ROMERO GOMES DE SOUZA, matrícula nº 40055, para prestar serviços junto a Coordenadoria de Serviço Odontológico.

